

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a)
autor(a), o texto completo desta tese
será disponibilizado somente a partir
de 06/11/2025.



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

MATHEUS DE OLIVEIRA PEREIRA

**OS FUNDAMENTOS DA AUTONOMIA: UM ESTUDO SOBRE AS NEGOCIAÇÕES
DA DÍVIDA EXTERNA NOS GOVERNOS DE RAÚL ALFONSÍN (1983 – 1989) E
NÉSTOR KIRCHNER (2003 – 2007).**

CAMPINAS

2021

MATHEUS DE OLIVEIRA PEREIRA

**OS FUNDAMENTOS DA AUTONOMIA: UM ESTUDO SOBRE AS NEGOCIAÇÕES
DA DÍVIDA EXTERNA NOS GOVERNOS DE RAÚL ALFONSÍN (1983 – 1989) E
NÉSTOR KIRCHNER (2003 – 2007).**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais, na Área de Instituições, Processos e Atores.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião C. Velasco e Cruz

**CAMPINAS
2021**

Ficha catalográfica Universidade
Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P414f Pereira, Matheus, 1991-
Os fundamentos da autonomia : um estudo sobre as negociações da dívida externa nos governos de Raúl Alfonsín (1983 - 1989) e Néstor Kirchner (2003-2007) / Matheus de Oliveira Pereira. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Dívida Externa - Argentina. 2. Autonomia. 3. Argentina - Relações exteriores. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The foundations of autonomy : a study on foreign debt negotiations in the administrations of Raúl Alfonsín (1983 - 1989) and Néstor Kirchner (2003-2007) **Palavras-chave em inglês:**

External debt - Argentina

Autonomy

Argentina - Foreign relations

Área de concentração: Instituições, Processos e Atores

Titulação: Doutor em Relações Internacionais

Banca examinadora:

Sebastião Carlos Velasco e Cruz [Orientador]

Luis Fernando Ayerbe

Jaime César Coelho

Giselle Datz

Pedro Paulo Zahluth Bastos

Data de defesa: 05-11-2021

Programa de Pós-Graduação: Relações Internacionais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

.ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-1525-4831>

.Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2502351353393347>



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 05 de novembro de 2021, considerou o candidato Matheus de Oliveira Pereira aprovado.

Prof. Dr. Sebastião C. Velasco e Cruz

Prof. Dr. Luís Fernando Ayerbe

Prof. Dr. Jaime César Coelho

Profa. Dra. Giselle Datz

Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A pesquisa beneficiou-se ainda dos apoios financeiros outorgados pela UNICAMP para realização de pesquisa de campo em Buenos Aires, e da CAPES que, através do Programa Institucional de Internacionalização (Processo n. 88882.435424/2019-01), subsidiou o estágio de pesquisa no exterior, na modalidade doutorado sanduíche.

Depois de muita resistência resolvi me render à obviedade do trocadilho e tratar esta seção como oportunidade de reconhecer as várias dívidas de gratidão que contraí ao longo do percurso pessoal e intelectual iniciado há uma década e que tem nesta tese, por ora, seu ponto culminante. Não faço isso na esperança de que as palavras sejam compensação suficiente, mas simplesmente porque elas são aquilo que melhor disponho no momento para agradecer.

Começo mencionando meu orientador, prof. Sebastião Velasco e Cruz, por todo o apoio dado durante os quatro anos do doutorado. Agradeço não apenas pelo estímulo intelectual e suporte nas questões administrativas do doutorado, mas também pelo incentivo a buscar meus próprios caminhos sem imposições de nenhum tipo, pelo respeito aos meus tempos e pelas intervenções certas nos momentos decisivos, que muito contribuíram para este resultado. Agradeço ainda ao prof. Luís Fernando Ayerbe, pelas contribuições nas bancas de qualificação e de defesa deste trabalho, mas sobretudo por todo o apoio e estímulo que tem me dado desde o mestrado.

À professora Giselle Datz e ao professor Pedro Paulo Bastos que gentilmente aceitaram compor a banca examinadora do trabalho, bem como ao professor Jaime César Coelho, a quem agradeço também pela valiosa participação na banca de qualificação.

Esta tese marca o que, espero, seja apenas um hiato nos seis anos de estudos no Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, um espaço que foi sempre um porto seguro e praça de excelente convivência. Agradeço indistintamente a todos os meus professores e aos funcionários da Unesp, em particular à Isabela e à Giovanna, cuja presteza e eficiência são essenciais para o funcionamento do programa, e ao professor Héctor Luís Saint-Pierre, pelo estímulo constante. No

Dantas, tive a oportunidade de integrar grupos de pesquisa que foram importantíssimos na maturação das ideias deste trabalho, mas, também, por tornar o dia a dia da pós-graduação mais agradável. A todos os colegas do programa, em particular aqueles do GEDES, INCT-INEU e IEEL, meu muito obrigado!

Em uma nota mais particular, agradeço enormemente ao Diego Lopes, pela constante, fraterna e excelente interlocução pessoal e acadêmica; à Lívia Milani, amiga desde o começo desta jornada; à Raquel Gontijo, pela amizade felino-literária-enófila; à Laura Donadelli, parceira de primeira hora nas muitas agruras e raras alegrias do doutorado. À Lis Barreto e à Clarissa Ribeiro, com segui partilhando momentos bons e ruins mesmo sem estar sob mais o mesmo teto. Sou muito grato à profa. Suzeley Kalil por várias coisas, mas a principal delas é a amizade com que me presenteou mesmo sem eu merecer. Agradeço ainda à Érica Winand e ao Corival Carmo que, desde a graduação, me acompanham e, cada um a sua maneira, contribuem para minha formação até hoje.

A todos os meus alunos e alunas da Fundação Santo André, da UNESP de Franca e da UNAERP, com quem aprendi muito mais do que ensinei. Agradeço ainda aos colegas que tornaram o ambiente de trabalho, e além dele, um lugar melhor, em particular à Carolina Pedroso e Tamires Souza.

Part of this research was carried out in the United States and the support of many people was essential for the stay in Washington to be the best possible, even though it took place at a time of upheaval. I thank prof. Eric Hershberg for all the institutional e personal support and warm welcome at American University's Center for Latin American and Latino Studies. I am also very grateful to professors Miles Khaler and Philip Brenner, who opened the doors of their classrooms to me. Ben and Joe, thanks for making me feel like I was home while being thousands of miles away from my own.

A todos os meus amigos e amigas que, sabe-se lá o porquê, me presenteiam cotidianamente com seu afeto e presença – mesmo que não a física – e tornam qualquer momento mais importante. Ao Felipe, pelos passos firmes e tranquilos dessa Andança. À minha família, que sempre me apoiou e torceu sem titubear, apesar da distância e dos percalços que a vida acadêmica impõe, e principalmente aos meus pais, pelo entusiasmo com que abraçaram minhas escolhas e por não medirem esforços para tornar mais plano o caminho pedregoso de fazer pesquisa no Brasil.

El dinero es el nervio del progreso y del engrandecimiento, es el alma de la paz y del orden, como es el agente rey de la guerra. Sin él la República Argentina no tendrá caminos, ni puentes, ni obras nacionales, ni ejército, ni marina, ni gobierno general, ni diplomacia, ni orden, ni seguridad, ni consideración exterior. Pero el medio de tenerle en cantidad capaz de obtener el logro de estos objetos y fines (y no simplemente para pagar empleados, como hasta aquí) es el crédito nacional, es decir, la posibilidad de obtenerlo por empréstitos garantizados con la hipoteca de todas las rentas y propiedades provinciales unidas y consolidadas a este fin. Es sensatísima la idea de establecer una deuda federal o nacional, de entregar su arreglo a la Confederación o unión de todas las Provincias en la persona de un gobierno común o general.

Juan Bautista Alberdi, en *“Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina”* (1852).

RESUMO

A tese investiga a problemática da autonomia do Estado argentino frente ao problema da dívida externa nos governos de Raúl Alfonsín (1983-1989) e Néstor Kirchner (2003-2007). O objetivo principal é identificar as condições objetivas que delimitaram as margens de autonomia dispostas pelo Estado argentino durante as negociações da dívida externa, enfatizando as interações com atores internacionais, particularmente os Estados Unidos da América e o Fundo Monetário Internacional. O argumento defendido é que estas margens foram demarcadas pelo concurso de três fatores – a concentração e natureza dos credores, a correlação doméstica de forças e o espaço fiscal – cuja combinação granjeou aos governantes diferentes margens para resistir às pressões políticas em favor dos interesses dos credores e minorar as externalidades negativas produzidas pelo *default*. A pesquisa é de caráter histórico e qualitativo, alicerçada na combinação de análise documental e estatística.

Palavras-chave: Autonomia; Argentina; Dívida Externa; Influência Externa; Política Externa.

ABSTRACT

This dissertation addresses the autonomy of the Argentine State in the external debt negotiations during the presidencies of Raúl Alfonsín (1983-1989) and Néstor Kirchner (2003-2007). The aim is to identify the concrete conditions that shaped the margins of the autonomy set by the Argentinean State during the negotiations of the external debt, emphasizing the interactions with international actors, particularly the United States of America and the International Monetary Fund. The argument is that these margins were bounded by the concurrence of three factors – the concentration and nature of creditors, the domestic correlation of forces, and the fiscal space – whose combination endowed different margins for the State managers to resist political pressures in favor of creditors' interests, while softening the negative externalities produced by default. The research is historical and qualitative, based on a combination of documentary and statistical analysis.

Keywords: Autonomy; Argentina; External Debt; External Influence; Foreign Policy.

RESUMEN

La tesis investiga el problema de la autonomía del Estado argentino ante el problema de la deuda externa en los gobiernos de Raúl Alfonsín (1983-1989) y Néstor Kirchner (2003-2007). El objetivo principal es identificar las condiciones objetivas que delimitaron los márgenes de autonomía establecidos por el Estado argentino durante las negociaciones de la deuda externa, enfatizando las interacciones con los actores internacionales, sobre todo los Estados Unidos de América y el Fondo Monetario Internacional. El argumento sostenido es que estos márgenes fueron demarcados por la concurrencia de tres factores – la concentración y naturaleza de los acreedores, la correlación de fuerzas domésticas y el espacio fiscal – cuya combinación les dio a los dirigentes estatales diferentes márgenes para resistir las presiones políticas a favor de los intereses de los acreedores y aliviar las externalidades negativas producidas por defecto. La investigación es histórica y cualitativa, basada en una combinación de análisis documental y estadístico.

Palabras-clave: Autonomía, Argentina, Deuda externa, Influencia Externa; Política Exterior.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Evolução da dívida externa argentina pública e privada (1975 – 1983)	70
Gráfico 2	Evolução da razão entre dívida externa (pública e privada) e valores totais de exportação (1975 – 1983)	71
Gráfico 3	Participação percentual do setor público no endividamento externo total (1965 – 2000)	72
Gráfico 4	Variação do endividamento externo total, do setor público, das reservas cambiais e da fuga de capitais (1975 – 1983)	74
Gráfico 5	América Latina: taxas de juros reais (1963 – 2009)	77
Gráfico 6	Evolução da taxa anual média de redesconto do <i>Federal Reserve</i> (1978 – 1983)	78
Gráfico 7	Índice dos termos de troca de bens (1980 – 1989)	79
Gráfico 8	Dívida externa argentina: composição setorial dos credores	85
Gráfico 9	Valores agregados da indústria manufatureira e do setor primário (agricultura, silvicultura e setor pesqueiro) como proporção do PIB (1975 – 1989)	90
Gráfico 10	Resultado primário do setor não-financeiro (1975 – 1989)	92
Gráfico 11	Estoque total da dívida externa como porcentagem do RNB (1975 – 1989)	93
Gráfico 12	Serviço da dívida externa como porcentagem das exportações de bens, serviços e da renda primária	93
Gráfico 13	Argentina: taxa de inflação (1983-1989)	99
Gráfico 14	Argentina: taxa de inflação (1989 – 2002)	144
Gráfico 15	Evolução da dívida externa argentina (1991 – 2001)	150
Gráfico 16	Dívida externa argentina: composição setorial dos credores	169
Gráfico 17	Dívida externa argentina: distribuição nacional dos credores	169
Gráfico 18	Valores agregados da indústria manufatureira e do setor primário (agricultura, silvicultura e setor pesqueiro) como proporção do PIB	171
Gráfico 19	Resultado primário do setor não-financeiro (2002 – 2007)	175
Gráfico 20	Estoque total da dívida externa como porcentagem do RNB (2001 – 2008)	175
Gráfico 21	Serviço da dívida externa como porcentagem das exportações de bens, serviços e da renda primária (2002 – 2008)	176
Gráfico 22	Argentina: taxa de inflação (2002 – 2007)	186

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1	Índice do “pecado original” na Argentina (2000 – 2015)	57
Tabela 2	Participação na cúpula industrial argentina por tipo de empresa (1976 – 1983), como porcentagem do total de vendas	90
Tabela 3	Argentina: exportações de produtos primários e manufaturados (1985 – 1989)	91
Tabela 4	Balanço de pagamentos da Argentina (1992 – 2001): dados selecionados	149
Tabela 5	Emissão de Títulos da Dívida Pública Argentina (1991 – 2001)	151
Tabela 6	Desembolsos e reembolsos anuais junto ao FMI (1991 – 2001)	153
Tabela 7	Principais indicadores macroeconômicos da Argentina (1998 – 2001)	156
Tabela 8	Evolução das 500 maiores firmas argentinas por origem do capital (1993 – 2015)	172
Tabela 9	Argentina: exportações de produtos primários e manufaturados (2003 – 2015)	173
Tabela 10	Índices da relação dos termos de troca e poder de compra das exportações	185
Tabela 11	Argentina: evolução do PIB e desemprego (2002 – 2007)	185
Tabela 12	Critérios e metas de performance quantitativas para a 1ª e 2ª revisão do SBA de 09/2003	197
Tabela 13	Síntese da Oferta Buenos Aires	206
Tabela 14	Perfil de aceitação da oferta de reestruturação, por moeda e jurisdição, em milhões de dólares estadunidenses	208
Tabela 15	Estoque e maturidade da dívida externa pública antes e depois da reestruturação	209
Tabela 16	Composição da dívida externa pública antes e depois da reestruturação, por taxa de juros e moeda de denominação	209
Tabela 17	Perdas diretas e indiretas de credores e contribuintes como consequência da moratória e reestruturação da dívida argentina.	212
Quadro 1	Sinopse das moratórias unilaterais da dívida externa argentina	23
Quadro 2	Acervos documentais consultados	36
Quadro 3	Sistema de notação das entrevistas	37
Quadro 4	Composição do <i>Bank Advisory Committee on Argentina</i>	86
Quadro 5	Síntese da caracterização empírica da hipótese (1983 – 1989)	95
Quadro 6	Cronologia da iniciativa de Cartagena	130
Quadro 7	Empréstimos contraídos junto ao FMI (1989 – 2001)	153
Quadro 8	Principais associações de credores privados da dívida argentina	170
Quadro 9	Síntese da caracterização empírica da hipótese (2003 – 2007)	178
Quadro 10	Cronograma de desembolsos previstos pelo SBA de setembro de 2003	193
Quadro 11	Características e definições das unidades ligadas ao crescimento do PIB	211

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AARA	Asociación de Ahorristas de la República Argentina
ABRA	Argentina Bond Restructuring Agency
ADAPD	Asociación de Damnificados por la Pesificación y el Default
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGT	Confederación General del Trabajo
FMI	Fundo Monetário Internacional
GCBA	Global Bondholder Committee Argentina
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos
LIBOR	London Interbank Offered Rate
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
PRN	Processo de Reorganização Nacional
SDR	Special Drawing Rights
SEC	U.S Security and Exchange Commission
TFA	Task Force Argentina
UCR	União Cívica Radical
UIA	Unión Industrial Argentina
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Apresentação do tema.....	16
1.2. A autonomia na trama da dívida externa: algumas limitações do conhecimento disponível	18
1.3. Questões metodológicas	29
2. ESTADO E CAPITAL: <i>URBE ET ORBI</i>	39
2.1. A problemática da autonomia relativa.....	40
2.2. Prejuízos exorbitantes.....	55
3. MARCHANDO PARA TRÁS: ORIGENS E DINÂMICAS DA CRISE DOS ANOS 1980.....	60
3.1. O Processo de Reorganização Nacional.	61
3.2. A dívida externa durante o período autoritário	69
3.3. A eclosão da crise e as primeiras negociações (1982-1983).....	75
3.4. Caracterização empírica da hipótese.....	84
3.4.1. Concentração e natureza institucional dos credores	84
3.4.2. Correlação doméstica de forças	88
3.4.3. Espaço fiscal	91
4. A DÍVIDA EXTERNA NO GOVERNO RAÚL ALFONSÍN (1983-1985): A AUTONOMIA ENSAIADA.....	96
4.1. Democracia, heterodoxia e autonomia.	96
4.2. A dívida externa: diagnósticos, intenções e primeiras iniciativas.....	103
4.3. Multilateralismo e confrontação: a iniciativa de Cartagena	110
4.5. Distensão e “giro realista”	131
5. RESTAURAÇÃO E COLAPSO: A CONSTRUÇÃO DA CRISE DE 1999 – 2001	141
5.1. Conversibilidade e alinhamento automático.	141
5.2. Dinâmica e evolução da dívida externa durante a conversibilidade	148
5.3. <i>Blindaje, megacanje e corralito</i>: a antessala do colapso	155
5.4. Governo de transição e as primeiras negociações (2002 – 2003).....	160
5.5. Caracterização empírica da hipótese.....	167
5.5.1. Concentração e natureza institucional dos credores	167

5.5.2.	Correlação doméstica de forças	171
5.5.3.	Espaço fiscal	174
6.	A AUTONOMIA POSSÍVEL: DÍVIDA EXTERNA NO GOVERNO NÉSTOR KIRCHNER (2003 – 2007).....	179
6.1.	Economia política do interregno.....	179
6.2.	Enfrentamentos e reestruturação (2003 – 2005).....	189
6.3.	Dilemas, razões e limites da autonomia.....	210
7.	CONCLUSÃO.....	218
	REFERÊNCIAS.....	223

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema

O problema da dívida externa será enfrentado de acordo com os critérios que nós propomos. Este endividamento externo será reconhecido, na medida em que tenha sido legitimamente constituído, mas não poderá ser um entrave ao desenvolvimento do país. Os pagamentos serão feitos à medida que as exportações se expandam, mas o serviço e amortização terão seus pagamentos subordinados às necessidades de matérias-primas e bens intermediários necessários para manter a atividade econômica interna vigorosa e crescente. [...]¹.

Não podemos voltar a pagar a dívida às custas da fome e da exclusão dos argentinos, gerando mais pobreza e aumentando o conflito social. [...] este governo seguirá firmes princípios de negociação com os detentores de dívida soberana na atual situação de moratória [...]. Sabemos que nossa dívida é um problema central. Não se trata de não cumprir, de não pagar. Nosso projeto não é o calote. Mas também não podemos pagar o custo de ver os argentinos terem adiados seu acesso à moradia digna, ao emprego, à educação de seus filhos ou ao cuidado de sua saúde².

Esta tese investiga a problemática da autonomia nas relações exteriores da Argentina entre 1983 e 2007, a partir de sua interação com a questão do endividamento externo. O propósito central do estudo é elucidar as condições objetivas que delimitaram os espaços de ação autônoma dispostos pelo Estado argentino em relação à dívida externa neste período e, particularmente, no desenrolar das crises dos anos 1980 e de 1998 – 2001. A ênfase específica está posta no conjunto de relações formais estabelecidas pelo Estado argentino com atores externos, públicos ou privados, à sua soberania. Neste esforço, dois momentos serão de particular interesse – os governos de Raúl Alfonsín (1983 – 1989) e de Néstor Kirchner (2003 – 2007). Como se depreende dos excertos acima, ambos situavam a questão da dívida externa em um conjunto de intenções e princípios que tinham na ideia de autonomia seu elemento unificador, ou seja, a partir de interesses e visões definidas pelos dirigentes governamentais e não seguindo os desígnios dos credores externos, seus aliados locais ou poderes estrangeiros.

Semelhantes nos propósitos, estes dois momentos distinguem-se significativamente do ponto de vista de seus resultados. Enquanto Néstor Kirchner e sua sucessora, Cristina Fernández de Kirchner, lideraram uma das mais bem sucedidas negociações de dívida soberana da história, Alfonsín se viu forçado a abdicar de suas principais bandeiras sobre o tema em menos de dois anos. Na contramão do que se prescrevia à época, Kirchner adotou uma postura de confrontação

¹ ALFONSIN, Raúl. **Discurso de asunción a la Asamblea Legislativa el 10 de diciembre del 1983**. Buenos Aires, 1983.

² KIRCHNER, Néstor. **Discurso de asunción a la Asamblea Legislativa el 25 de mayo del 2003**. Buenos Aires, 2003.

com os credores públicos e privados, e obteve uma reestruturação que, mesmo deixando pendente parte dos passivos em moratória, e assegurando vultosas remunerações aos credores, foi um êxito indiscutível. Os pagamentos foram reprogramados seguindo calendários e condições definidos no país e houve uma redução substancial do peso da dívida sobre as contas públicas. Ademais, os passivos do país junto ao Fundo Monetário Internacional foram cancelados, blindando o governo da influência deste que havia sido um dos protagonistas da política econômica argentina nas décadas anteriores. Na contramão, além de não conseguir se desvencilhar do Fundo, o governo Alfonsín teve de abdicar da maioria de suas pretensões negociadoras – incluindo o repúdio à dívida ilegítima e a adoção de um programa econômico heterodoxo – e viu naufragar seus esforços de cooperação multilateral.

A discrepância entre esses dois contextos é ainda mais chamativa se levarmos em consideração que Alfonsín dispunha, em tese, de muito mais recursos para sustentar sua posição. A crise dos anos 1980 transcorreu em meio à bancarrota da região como um todo, ao passo em que a de 2001 foi um evento praticamente isolado ao país. Diferentemente de Kirchner, um político nacionalmente inexpressivo e que foi eleito depois da desistência do oponente, Alfonsín era uma liderança consolidada, expoente do partido político mais antigo do país e detentor do mérito de ser o primeiro a derrotar o peronismo em eleições limpas. A dívida que ele pretendia repudiar como ilegítima era facilmente definida como odiosa, segundo a doutrina internacional, ao passo em que o desconto de 75% almejado por Kirchner não tinha fundamento semelhante. Enquanto Kirchner teve uma candidatura improvisada, Alfonsín apresentou ao país uma agenda bem definida e explícita, que seria chancelada pelas urnas.

É possível dizer, portanto, com uma dose de anedota, que o objetivo da tese é entender os porquês de Kirchner ter sido capaz de cumprir uma promessa que Alfonsín não logrou manter. A mira do trabalho, entretanto, não se fixa em uma comparação rígida dos dois momentos, mas atém-se, sobretudo, no desenvolvimento do processo histórico que engendrou e envolveu os contextos que eles estão enraizados. Não é, tampouco, na atenção ao desenrolar dos fatos que reside a novidade pretendida neste texto, mas, sobretudo, na proposta de identificação e análise dos elementos que entrelaçam a situação concreta específica – a autonomia nas negociações da dívida – com o processo mais profundo que lhe dá motivo e sentido histórico. Muito foi dito e escrito sobre o caráter autonomista ou não das posturas assumidas pelo Estado argentino em suas relações exteriores em diferentes momentos, mas um esforço consideravelmente menor foi direcionado à tarefa de explicar o êxito ou fracasso de iniciativas autonomistas. Dizer que os resultados

observados nos governos Alfonsín e Kirchner são distintos porque transcorridos em momentos diferentes é tão verdadeiro quanto desleixado: não basta registrar que a história importa, é preciso arriscar-se a questionar *como* ela importa, *quais* são os elementos que, ao serem moldados de modos diversos pela historicidade em que ocorrem, alteram os resultados observados.

Esta é a trama a ser deslindada nesta tese. Aqui, a autonomia será tratada como uma propriedade do Estado que faculta aos seus dirigentes desembaraçarem-se de pressões e que não existe de forma absoluta, isto é, ela se apresenta sempre em graus, níveis, que podem ser maiores ou menores a depender do aspecto específico de interesse e do momento observado. O problema de pesquisa encontra-se circunscrito na indagação *quais foram os elementos objetivos que delimitaram o alcance da autonomia do Estado argentino nas negociações da dívida externa?* A hipótese a ser escrutinada repousa em uma série de premissas derivadas a partir das discussões teóricas sobre a relação Estado-capital, e indica que a *autonomia teve seu alcance definido pelo concurso de três fatores: a natureza institucional e concentração dos credores; a correlação doméstica de forças e o espaço fiscal*. Juntos, estes aspectos delimitaram a capacidade de os operadores do Estado resistirem às pressões políticas em favor dos interesses dos credores enquanto, simultaneamente, administravam os distributivos na sociedade, minorando as externalidades produzidas pelo bloqueio do crédito externo e da remuneração da dívida.

As múltiplas derivações que envolvem o problema abrem margem para inúmeras explicações possíveis, de modo que é preciso dizer algo sobre as escolhas feitas no curso da elaboração e execução deste trabalho. Cabe apresentar, à modo de contextualização, algumas considerações sobre os dois temas que compõem a problemática aqui explorada – autonomia e dívida externa – e o conjunto de referências mobilizadas, de modo a identificar as limitações do conhecimento atualmente disponível e delimitar o escopo de contribuição possível para este texto.

1.2. A autonomia na trama da dívida externa: algumas limitações do conhecimento disponível

Dentre as questões que permeiam o debate sobre as Relações Internacionais da América Latina, a autonomia foi aquela que alcançou maior proeminência. A origem deste destaque remonta às implicações de duas das interpretações mais influentes do século XX sobre a realidade latino-americana – o estruturalismo e a teoria da dependência. Do estruturalismo veio a interpretação da América Latina enquanto periferia do capitalismo, uma condição decorrente da

especialização produtiva primário-exportadora, que, mais do que simplesmente incapaz de alçar a região aos patamares de desenvolvimento econômico dos países centrais, constituía-se como um modo de ser específico no capitalismo³. Já a teoria da dependência, nas leituras tanto marxista⁴ como weberiana⁵, legou a visão de que os limites do possível nos processos de transformação das sociedades latino-americanas estão condicionados pelas dinâmicas em curso no centro do capitalismo e que esta situação favorece os interesses de segmentos específicos destas sociedades que, então, encarregam-se de favorecer a reprodução da situação de dependência.

A rápida e ampla difusão destas teses alçou a autonomia ao centro dos debates sobre os vínculos da América Latina com o mundo. Em uma perspectiva mais abrangente, há três interpretações principais sobre a questão, todas claramente normativas, que têm na amplitude de seu compromisso com o status quo vigente um fator relevante de diferenciação. A primeira delas, revolucionária, vem da teoria marxista da dependência, que argumenta pela impossibilidade de uma transformação estrutural dos países periféricos sem uma ruptura com o modo de produção capitalista. Autores como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos argumentavam que o capitalismo latino-americano, ao ser fundado nas bases da superexploração do trabalho, era incompatível com um desenvolvimento capaz de superar a miséria da região⁶. Estendendo o argumento à autonomia, constatamos que esta se define justamente na oposição a esta situação e tem seus alcances fatalmente contidos pela associação entre as classes dominantes locais e o capital internacional, que têm na reprodução deste quadro um ponto de interesse comum.

Uma segunda posição, de caráter reformista, é a do paradigma autonomista, cujos expoentes principais são o argentino Juan Carlos Puig⁷ e o brasileiro Hélio Jaguaribe. Contrapondo-se ao que consideram um vaticínio fatalista da teoria da dependência – uma crítica que dificilmente poderia ser endereçada à ala weberiana desta teoria – ambos defendem que a autonomia é tanto desejável quanto possível. Para alcançá-la, não é preciso apelar a gestos de ruptura, bastando que haja uma convergência das forças sociais domésticas no sentido de explorar ao máximo os espaços de ação delimitados pelos interesses prioritários das grandes potências.

³ RODRÍGUEZ, Octávio. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

⁴ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Cidade do México, 1973 e BAMBIRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. Ciudad de México: Siglo XXI, 1974.

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**: ensayo de interpretación sociológica. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

⁶ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁷ PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y Autonomía Latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.

Estes dois aspectos – a coesão interna e a permissividade internacional – seriam a chave para tornar viável uma política externa orientada à ampliação das margens de autonomia dos países da periferia.

Finalmente, o Realismo Periférico, proposto por Carlos Escudé, oferece uma leitura conservadora da questão⁸. Aqui, a autonomia não passa de uma veleidade, uma aspiração vã, que serve apenas aos interesses das elites ávidas de poder. Países débeis, argumentava o autor, dispõem de autonomia quase limitada, já que sua irrelevância inibe que suas atitudes tenham efeitos sistêmicos significativos. A autonomia deve ser calculada não por seu potencial, mas por seus custos que, segundo o autor, são insuportáveis para países débeis. Segundo esta perspectiva, o realismo possível à periferia não é a política de poder, mas a adoção de um modelo de alinhamento à potência hegemônica, restringindo eventuais confrontações apenas a interesses econômicos claramente definidos. Além de conservador – porque não contesta nem pretende modificar um status quo do qual é crítico – o realismo periférico é também utilitarista e restringe o exercício da política externa a uma atividade quase contábil, de mensuração de perdas e ganhos.

A autonomia se desenvolveu como objetivo político e categoria de análise e teve na questão do desenvolvimento econômico seu complemento mais frequente. Com efeito, uma das concepções mais disseminadas até hoje em acadêmicos e operadores da política externa é que esta se vê influenciada, quando não determinada, pelo que se convencionou chamar de “modelos de desenvolvimento⁹”. No entanto, é de se ressaltar que a rigidez e homogeneidade com que esta leitura costuma ser empregada mostra-se em flagrante contraste com a realidade, sobretudo em contextos nos quais a orientação das políticas econômicas encontra-se sob disputas mais acirradas. Primeiro, é preciso ponderar sobre quais conjuntos de orientações políticas estão sendo classificadas sob o rótulo de “modelo de desenvolvimento”. É muito difícil, por exemplo, pensar na agenda implementada pelo Processo de Reorganização Nacional e aprofundada nos governos Menem como um modelo de *desenvolvimento* simplesmente porque esta noção era ausente em suas formulações, cujo propósito era regular a *acumulação* e o *crescimento*, subordinando os interesses do trabalho à valorização do capital, sem atingir as características estruturais que são a origem do subdesenvolvimento argentino.

⁸ ESCUDÉ, Carlos. **El realismo de los Estados débiles**: La política exterior de primer gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

⁹ BUSSO, Anabela. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**. v. 46, n. 11. Santiago: 2014

Um segundo problema desta formulação é o tratamento estático dispensado ao papel das forças sociais domésticas e internacionais. O esteio de qualquer projeto econômico é social, e está formado por uma convergência de diferentes segmentos da sociedade – a ideia de “aliança de classes” tratada por Guillermo O’Donnell¹⁰ é especialmente cara – cujos interesses são de alguma maneira acomodados no modelo. Na incorporação desta ideia aos estudos de Relações Internacionais, os modelos de desenvolvimento aparecem como dados, prontos, omitindo os conflitos que eles contêm, os choques de interesse e suas conexões com correlações de forças que os amparam. Este aspecto, fartamente contemplado pela Teoria da Dependência, aparece de maneira mais diluída nas interpretações do Realismo Periférico e do Paradigma Autonomista, com pouca atenção à dimensão econômica dos vínculos que associam as elites locais ao exterior.

Uma digressão mais circunstanciada sobre os porquês dessas características extrapola em muito a finalidade desta tese, mas há uma observação que me parece oportuna. Apesar de acertada no plano das intenções, a forma mais usual de vinculação entre desenvolvimento econômico e política externa contém uma limitação inerente à forma como concebida, a partir de uma síntese quimérica de tradições intelectuais. Enquanto os problemas típicos do país são postos em termos da economia política estruturalista, os estudos de política externa incorporam uma visão de Estado própria do realismo – uma tradição que suprime a dimensão processual da história em favor de uma coleção de exemplos factuais – o que colide com a epistemologia do estruturalismo latino-americano. Com raras exceções, a bibliografia sobre as relações exteriores da Argentina é marcada por um veio ensaístico, pouco afeito à teorização, e lastreado na exposição de amplos acervos factuais organizados a partir de conexões cujos fundamentos merecem pouca atenção.

As limitações decorrentes deste modo de abordagem ficam claras ao considerarmos o tema da dívida externa. Mesmo sendo protagonista incontestada da história argentina (ver quadro 1) e de suas evidentes implicações internacionais, o fenômeno do endividamento externo não se firmou como objeto de interesse significativo por parte da literatura. Em geral, é possível identificar um tratamento apenas residual¹¹, em que a dívida aparece como parte de um conjunto, muitas vezes difuso, de constrangimentos em meio aos quais transcorreu a política externa em um determinado período¹². Há ainda trabalhos em que a dívida aparece como um tema influenciado pelas posturas

¹⁰ O’DONNELL, Guillermo. Estado y alianzas en la Argentina, 1956-1976. **Desarrollo Económico**, v. 16, n. 64. Buenos Aires, 1977.

¹¹ PARADISO, José. **Um lugar no mundo**: a Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹² ALONSO, José F. Las crisis de deuda soberana de la República Argentina en el período democrático. La (des) inserción financiera internacional como condicionante de los modelos de desarrollo y la política exterior (1983-2011).

assumidas pela Argentina nas relações exteriores¹³, ou ainda que vinculam, de maneira explícita e linear, os dois temas, é dizer, reduzida a dívida, a autonomia seria ampliada¹⁴, ou vice-versa. Quando se trata das razões pelas quais uma determinada iniciativa foi ou não bem-sucedida, ou mesmo de seu alcance efetivo, a bibliografia é silente¹⁵.

Afinal, por que a proposta de refinar a dívida de modo compatível com as capacidades de pagamento do país e sem ampliar a deterioração das condições da vida da população, que naufragou nos anos 1980, pode ser realizada, ainda que parcialmente, duas décadas depois? Por que a bandeira da dívida ilegítima, nos anos 1980, teve de ser arriada e à do desconto no principal, em 2005, não? Esta são perguntas que dificilmente seriam respondidas adequadamente a partir da chave analítica dos “modelos de desenvolvimento”. Os dois momentos escrutinados nesta tese compartilham muitas similaridades de programas econômicos e leituras sobre o lugar da Argentina no mundo, mas chegaram a pontos suficientemente distintos para suscitar dúvidas quanto à acuidade deste ponto de vista.

Evidentemente, os reparos necessários a estas leituras não implicam no afastamento das questões econômicas, mas antes em sua incorporação em uma chave atenta ao caráter social que lhe é intrínseco. Minha proposta é relacionar estes pontos à autonomia priorizando o estudo das condições efetivas de sua realização, sem atribuir um patamar de equivalência direta entre as intenções dos governantes e as políticas efetivamente adotadas. Mais importante que identificar modelos econômicos – que não necessariamente serão de desenvolvimento – é atentar para as relações de força que envolviam o Estado e os diferentes grupos sociais, locais e estrangeiros, de modo a apreender as condições efetivas de realização da agenda proposta. O intento é explicar um problema localizado à luz de sua historicidade, esquivando a análise de uma confusão frequente que reduz o conteúdo das políticas aos atos de sua realização.

In. BUSSO, Anabella (Ed.). **Modelos de desarrollo e inserción internacional**: aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización: 1983-2011, actores y temas de agendas. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2017.

¹³ SANTORO, Mauricio. O Alinhamento entre Argentina e Estados Unidos na Política Externa de Menem. **Carta Internacional**, v. 10, n. 2. Belo Horizonte, 2015.

¹⁴ GRANATO, Leonardo; ALLENDE, Rafael. A política externa dos governos kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL. **Século XXI**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2013, p. 142.

¹⁵ SIMONOFF, Alejandro. Regularidades de la política exterior de Néstor Kirchner. **CONfines**, v. 5, n.10. Monterrey, 2009.

Quadro 1 – Sinopse das moratórias unilaterais da dívida externa argentina¹⁶

Ano	Contexto	Principais credores	Principais desdobramentos
1827	1ª moratória da dívida externa do país após a independência ¹⁷ ; Crise financeira na Europa (principalmente na Inglaterra) Quadro mais amplo de crise da dívida na América Latina (apenas o Brasil não entrou em moratória) Deterioração da balança comercial Concentração do débito na casa bancária <i>Baring Brothers</i> Empréstimos contraídos para financiamento de infraestrutura e guerras	Casa <i>Baring Brothers</i> (Banco privado britânico)	Longo processo de negociação, concluído apenas no final dos anos 1850, após o fim do governo de Juan Manuel de Rosas Reestruturação pactuada com a casa Baring Brothers, sendo a dívida assumida pela recém unificada Confederação Argentina. Bloqueios estrangeiros do porto de Buenos Aires
1890	5º maior mutuário soberano da época Empréstimos para financiar a construção de infraestrutura, principalmente de transporte Expansão do crédito e da base monetária Déficit orçamentário	Casa <i>Baring Brothers</i> (Banco privado britânico)	Resgate da Casa Baring viabilizado pelo Banco da Inglaterra Cooperação com os bancos centrais da Alemanha, França e Rússia Retração dos fluxos de capitais para a América Latina O “pânico de 1890” Auxílio financeiro do México à Argentina Extensão da crise ao Brasil e Uruguai
1983	Expansão da dívida no período autoritário, para financiamento do esquema de valorização financeira. Primeiras reformas neoliberais e queda vertiginosa do PIB Concentração dos credores: bancos privados, sobretudo dos EUA; Crise da dívida da América Latina; A “dívida ilegítima”; Transição do regime autoritário; Plano Austral	Bancos privados estadunidenses e organismos financeiros internacionais	Fracasso do Plano Austral Tentativa de formar uma coalizão de estados endividados (Consenso de Cartagena) Conclusão da estatização das dívidas privadas Reestruturação através dos Planos Brady e Baker Hiperinflação Crescimento da dívida em consequência do acúmulo de juros e mora. Aprofundamento das bases do modelo neoliberal
2001	Dívida para financiamento da fuga de capitais Crise do modelo de conversibilidade Dispersão dos credores Impactos das crises no México, Rússia, Brasil e Ásia Confisco de capitais (<i>corralito</i> e <i>corralón</i>) Deterioração da coalizão de governo Crise fiscal “ <i>¡Que se vayan todos!</i> ”	Fundos de investimento privados, investidores individuais (principalmente da Itália, Alemanha e Japão), fundos de pensão.	Maior default soberano da história do sistema financeiro internacional Agravamento da crise política Intensa contração da atividade econômica (queda de 20% do PIB em 2002) Processo de reestruturação em duas rodadas (2005 e 2010) Impasses com os “fundos abutres”

Fonte: Elaboração própria.

¹⁶ Não inclui as moratórias decretadas pelas províncias nem os chamados “defaults técnicos” – como o de 2014 – em que o pagamento não é realizado por circunstâncias alheias à ação e vontade do governo.

¹⁷ Após a secessão de 1820, a dívida passou para o passivo da Província de Buenos Aires, permanecendo assim até a reunificação, nos anos 1850.

O segundo tópico a ser explorado é o da dívida. Com registros que remontam há mais de cinco mil anos, a dívida é seguramente uma das mais antigas instituições humanas já rastreadas, além de ser um fenômeno universal, no sentido em que sua ocorrência não ficou restrita a um tempo ou espaço específicos¹⁸. Nesta história milenar, a evolução das formas de organização social e criação das condições materiais de existência humana transformaram-lhe várias de suas feições, mas manteve intacta a qualidade específica que singulariza a dívida: a carga de obrigação e dever que se imiscuem ao termo, fazendo da restrição de autonomia de escolha do devedor uma derivação automática do fato de dever. A palavra “débito” vem do “estar obrigado a”¹⁹ e, mesmo que se reconheça que os significados específicos dessa obrigação podem ser diferentes – uma dívida de gratidão não é idêntica a uma em dinheiro – a expectativa de modulação do comportamento daquele que deve é uma premissa subjacente à toda concepção disponível sobre a dívida.

O vocabulário quase religioso não é um acaso: a dívida tem o verniz da falta, do pecado. Qual é a relação fundante do vínculo entre o homem e a potência divina, se não a dívida de gratidão pelo dom da vida que lhe foi outorgado? Marx afirmava que, na era manufatureira, o crédito público fora convertido “no credo do capital”²⁰ e o léxico sacro que envolve a dívida persiste até hoje na literatura econômica, em expressões como “pecado original”²¹. Como todo pecado, a dívida requer do faltoso um rito de expiação – o pagamento – cujo cumprimento se torna uma questão totalizante, que impede um retorno à normalidade até que seja apropriadamente cumprido. A noção de que as dívidas *têm que* ser pagas, que dever é algo que implica em uma obrigação inelutável, independente da vontade do devedor, encontra-se de tal modo arraigada no imaginário coletivo que mesmo lideranças políticas consideradas radicais hesitam em objetá-la²².

Tal qual os indivíduos, as associações humanas, desde que existem como tal, também se endividam, e o fazem não apenas junto aos seus, mas também perante o exterior, e podem enfrentar situações de insolvência ou iliquidez que levam à impossibilidade de cumprir os calendários de pagamentos dos débitos. Nestes casos, quando o devedor não é um indivíduo, mas uma associação

¹⁸ GRAEBER, David. **Debt: the first 5.000 years**. New York: Melville House, 2011.

¹⁹ DOUGLAS, Alexander. **The philosophy of debt**. New York: Routledge, 2016.

²⁰ MARX, Karl. **O Capital**: volume I. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 824.

²¹ EICHENGREEN, Barry; HAUSMANN, Ricardo; PANIZZA, Ugo. Currency mismatches, debt intolerance and original sin: why they are not the same and why it matters. **NBER Working Paper 10036**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2013.

²² LIENAU, Odette. **Rethinking sovereign debt: politics, reputation, and legitimacy in modern finance**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

soberana, aplicam-se as mesmas considerações de dever e obrigação? Ao longo da história, uma pessoa que não pagasse suas dívidas estava sujeita ao confisco de seus bens, à prisão, escravidão, ou mesmo à perda da própria carne, como narrado na célebre obra de Shakespeare, mas estas são formas de punição que dificilmente poderiam ser aplicadas de modo idêntico a uma coletividade. Apesar disso, o rigor da expectativa de pagamento das dívidas soberanas costuma ser ainda mais acentuado que aquele aplicado às pessoas; se na antiguidade por exemplo, foi frequente a expedição de decretos reais criando os chamados jubileus – nos quais se outorgava um perdão coletivo das dívidas²³, o registro de tratamento similar às dívidas soberanas é extremamente escasso.

O advento do Estado moderno elevou o patamar das preocupações com as consequências políticas da dívida soberana. No ensaio “Do Crédito Público”, de 1752, o filósofo escocês David Hume apresenta uma prédica em defesa da austeridade e enumera uma série de argumentos para fundamentar sua oposição ao financiamento do Estado pela contração de dívidas. Entre os pontos destacados, Hume alerta que o descontrole da dívida – sempre esperado pela natureza hipotecária do débito e perdulária dos governos – leva à impotência e submissão ao estrangeiro. Em suas palavras,

Se os abusos de tesouros são perigosos, seja por envolver o Estado em empreitadas temerárias, seja por levá-lo a negligenciar a disciplina militar, por confiar em suas riquezas; os abusos de hipoteca são mais certos e inevitáveis: a pobreza, a impotência e **submissão a poderes estrangeiros**. [...] Constata-se que, sempre que um governo hipoteca toda a sua receita, **é inevitável que mergulhe em um estado de langor, inatividade e impotência**²⁴.

Ponderação semelhante, mas em sentido oposto, pode ser encontrada na correspondência de Thomas Jefferson ao general William Henry Harrison, que, posteriormente, também seria eleito presidente dos Estados Unidos

Para promover esta disposição para trocar [as] terras que eles têm de sobra e [nós]queremos; para as necessidades, [para as quais] temos de sobra, e eles querem; vamos impulsionar nossas casas de comércio e nos contentarmos em ver os indivíduos bons e influentes entre eles incorrerem em dívidas, porque observamos que, quando essas dívidas vão além do que os indivíduos podem pagar, eles se tornam dispostos a abatê-las por uma cessão de terras²⁵ (JEFFERSON, 1803, s/p).

²³ HUDSON, Michael. ... **and forgive them their debts**: Lending, Foreclosure and Redemption from Bronze Age Finance to the Jubilee Year. ISLET-Verlag: Desden, 2018.

²⁴ HUME, David. **Ensaio Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 204 – 21. Grifos meus.

²⁵ JEFFERSON, Thomas. **Letter from Thomas Jefferson to William Henry Harrison**, 27 February 1803.

Nos dois trechos, o plano de fundo da argumentação está dado pelo reconhecimento de que aquele que deve, seja um povo ou um governo, vê tolhida sua liberdade de ação e decisão. Mesmo sem detalhar os mecanismos específicos pelos quais a restrição de autonomia ocorreria, está claro que sua existência é a premissa organizadora dos dois argumentos. Séculos depois, episódios como o Bloqueio da Venezuela²⁶ e a Ocupação do Ruhr²⁷ parecem secundar sem maiores ressalvas à conclusão de Hume e os conselhos de Thomas Jefferson. Incapazes de pagar seus débitos, Venezuela e Alemanha viram-se acoçadas pelos canhões de seus credores e se não foram efetivamente atacadas foi mais pelo concurso de outras potências estrangeiras que pela dissuasão realizada por suas próprias forças.

A América Latina, aliás, é pródiga em exemplos de mobilização da dívida como instrumento de submissão. Após declarar sua independência, o Haiti enfrentou um bloqueio internacional de diversos países até que pagasse uma dívida equivalente a 18 bilhões de dólares à França, uma soma que, segundo David Graeber²⁸ “era intencionalmente impossível [de pagar]”. Sem acesso ao crédito, e com suas rotas comerciais embargadas, o Haiti – expressão máxima da pujança do movimento de independência na região – teve sua autonomia política fatalmente cerceada pelo ambiente exterior. Outro exemplo desta mesma lógica foi a ocupação dos portos mexicanos, no século XIX, após a recusa do grupo político liderado por Benito Juárez em reconhecer a legitimidade de parte da dívida do país, em 1861. No ano seguinte, forças conjuntas do Reino Unido, França e Espanha invadiram o México, o que resultou num período de ocupação por parte das tropas francesas, expulsas apenas cinco anos depois²⁹.

Exemplos como o da Venezuela, México, Haiti e da Alemanha de Weimar representem situações, às quais poderíamos agregar as ocupações na América Central, entre outros exemplos, da chamada “diplomacia da canhoneira” (*gunboat diplomacy*). Trata-se do uso, ou ameaça de emprego, da força militar, visando objetivos políticos, neste caso a punição, ou prevenção de um

²⁶ Em 9 de novembro de 1902, Grã-Bretanha, Itália e Alemanha impuseram um bloqueio naval à Venezuela em resposta à decisão do presidente Cipriano Castro em suspender os pagamentos da dívida. O episódio é um dos mais importantes na cronologia das relações internacionais da América Latina, e deu origem à Doutrina Drago, formulada pelo chanceler argentino Luis Drago, em repúdio ao uso da coerção física para pagamento de dívidas. Uma análise minuciosa do tema pode ser encontrada em STUART, Ana Maria. **O bloqueio da Venezuela em 1902**: suas implicações nas relações internacionais da época. São Paulo: UNESP, 2011.

²⁷ Em janeiro de 1923, Bélgica e França ocuparam o Vale do Ruhr em retaliação ao pagamento incompleto das dívidas de guerra da Alemanha com estes países. A querela foi resolvida através da concessão de empréstimos por parte dos EUA à Alemanha, que, durante a década de 1920, superaram o montante dispendido pela República de Weimar no pagamento das reparações de guerra. cf. KEYNES, John Maynard. **As Consequências Econômicas da Paz**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

²⁸ GRAEBER, David. **Debt: the first 5.000 years**. New York: Melville House, 2011, p. 6.

²⁹ MARICHAL, Carlos. **Historia de la Deuda Externa de América Latina**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

default. Apesar de eloquentes, estes exemplos devem ser vistos com cautela. Estudos empíricos demonstram que emprego da coerção direta em disputas de dívida soberana é relativamente baixo em termos históricos³⁰ e mesmo os autores que ressaltam a relevância da diplomacia da canhoneira para forçar o cumprimento dos contratos de dívida ressaltam que este é um fenômeno situado em um momento específico, no apogeu do padrão-ouro³¹.

No trabalho seminal sobre a história da dívida externa latino-americana, Carlos Marichal observa que, durante o século XIX, o governo britânico, apesar das pressões das casas bancárias, tendeu a valer-se da diplomacia de canhoneira mais para tratamento das questões comerciais do que para viabilizar interesses financeiros³². Neste sentido, os exemplos supracitados devem ser vistos no contexto de questões geopolíticas mais abrangentes que têm na dívida mais um pretexto, arrimado na legitimidade de cobrança imiscuída nesta relação, do que uma causa. A “diplomacia de canhoneira” afigura-se mais como uma forma de atuação própria do imperialismo característico da atuação das grandes potências no apogeu da era dos impérios³³ do que como evidência de uma lógica atemporal dos meios de implicação da autonomia política do Estado por parte da dívida externa.

De todo modo, a questão permanece: relativizado o aspecto militar, o que ocorre quando os Estados deixam de pagar suas dívidas? Apesar de haver certa dificuldade³⁴ na literatura para precisar as penalidades possíveis, não resta dúvida que elas existem. De modo geral, o crescimento econômico e os fluxos comerciais e de investimentos costumam ser seriamente afetados pelas moratórias³⁵. Sanções comerciais, restrição de acesso aos mercados de crédito, processos em cortes nacionais e multilaterais e petições para embargo de bens localizados no exterior são algumas das possibilidades envolvidas. Para além da economia, os defaults podem afetar equilíbrios delicados em acordos e alianças de segurança nacional, tema no qual a maioria dos países tem uma série de

³⁰ TOMZ, Michael. **Reputation and international cooperation**: sovereign debt across three centuries. Princeton: Princeton University Press, 2007.

³¹ MITCHENER, Kris; WEIDENMIER, Marc. Supersanctions and Sovereign Debt Repayment. **NBER Working Paper No. 11472**. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research.

³² MARICHAL, Carlos. **Historia de la Deuda Externa de América Latina**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

³³ Notemos que a invasão do México se deu, em certa medida, à imagem e semelhança da futura Conferência de Berlim. Quando a decisão de ocupar foi tomada, em 15 de novembro de 1861, os ministros do exterior britânico, espanhol e francês encontravam-se amparados tão somente no direito auto investido de fazê-lo.

³⁴ LINDERT, Peter; MORTON, Peter. How sovereign debt has worked. In. SACHS, Jeffrey (Org). **Developing Country Debt and Economic Performance**: The World Financial System. Chicago: University of Chicago Press, 1989, p. 39–106

³⁵ REINHART, Carmen; ROGOFF, Kenneth; SAVASTANO, Miguel. Debt intolerance. **NBER Working Paper 9908**. National Bureau of Economic Research: Cambridge, 2003, p. 12.

necessidades e problemas relevantes³⁶. O mero fato de que as moratórias são menos frequentes³⁷ do que a própria racionalidade econômica sugeriria³⁸ é, por si só, indício que as implicações políticas desta decisão são suficientemente significativas para recomendar evitá-la. Não sendo estes elementos bastantes, o caso da Grécia, em 2012, oferece uma ilustração poderosa de como a autonomia estatal se vê comprometida por um default: nem mesmo a eleição de um partido cuja campanha havia sido construída na crítica às medidas de austeridade impediu que o país tivesse implementado o programa recessivo desenhado pela *troika*.

A literatura econômica, intuitivamente convocada pela questão da dívida, revela-se majoritariamente quantitativa e ocupada da construção de modelos preditivos que abstraem o conteúdo essencialmente político e social da atividade econômica. Há, porém, nos estudos de economia política, referências que oferecem uma trilha promissora, como aquela que aborda as causas que levam um país a pagar suas dívidas externas, mesmo em contextos de elevada dificuldade financeira. Uma vez que existe racionalidade econômica na decisão de não pagar – quando a transferência de recursos para cobrir o serviço da dívida excede o montante captado junto ao exterior – e, formalmente, não há mecanismos de coerção que obriguem um ente soberano a pagar, por que moratórias de Estado não ocorrem com maior frequência?

O primeiro argumento célebre a este respeito foi apresentado pelos economistas Jonathan Eaton e Mark Gersovitz, que apontaram o elemento reputacional como base para que governos sigam pagando suas dívidas externas. A ideia básica era de que os governos pagam, mesmo quando não podem mais fazê-lo, porque temem que o país adquira uma reputação de mau pagador e, com isto, perca acesso ao crédito no futuro³⁹. Mesmo tendo sido amplamente desafiado por uma série de estudos empíricos, este argumento tem vida longa e ensejou algumas formulações posteriores de forte âncora no pensamento liberal internacionalista – como a de que o sistema de créditos e pagamentos internacionais é sustentado pela preocupação dos agentes com seu bom conceito⁴⁰.

Em um trabalho recente, Jerome Roos oferece um argumento persuasivo contra a esta linha de raciocínio. O autor, acertadamente, indica que a literatura econômica tende a despolitizar um

³⁶ REINHART, Carmen; ROGOFF, Kenneth. **This Time is Different: Eight Centuries of Financial Folly**. Princeton: Princeton University Press, 2009, p. 58.

³⁷ ROOS, Jerome. **Why not default? The Political Economy of Sovereign Debt**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

³⁸ ZAME, William. Efficiency and the role of default when security markets are incomplete. **American Economic Review**, v. 83, n. 5. 1993, p. 1142–1164

³⁹ EATON, Jonathan; GERSOVITZ, Mark. Debt with Potential Repudiation: Theoretical and Empirical Analysis. **The Review of Economic Studies**, v. 48, n. 2. 1981

⁴⁰ TOMZ, Michael. **Reputation and International Cooperation: Sovereign Debt across Three Centuries**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

objeto cuja natureza é essencialmente política e social. A chave para entender a decisão de decretar ou não uma moratória não está na reputação do devedor nem em suas instituições políticas, mas no poder estrutural que o setor financeiro dispõe na economia internacional contemporânea⁴¹. Definido em seus termos mais elementares, este poder consiste na capacidade de definir “como as coisas serão feitas⁴²”, que outorga aos seus detentores o poder de disciplinar, constranger, não pela imposição direta, mas pelo simples ato de não fazer nada, de reter a distribuição de um recurso do qual os demais dependem, moldando “a estrutura de oportunidades dentro da qual os atores e grupos precisam operar, pelo simples fornecimento, ou recusa de fornecer, algo que é essencial à sua performance, bem-estar ou sobrevivência”⁴³.

Deste poder derivam alguns mecanismos de coerção sobre os devedores – a disciplina de mercado, os empréstimos condicionados das Instituições Financeiras Internacionais e a influência das elites domésticas favoráveis à ortodoxia econômica. O foco do autor, porém, está em uma questão distinta da que pretendo tratar aqui – enquanto Roos procura responder a ocorrência de defaults, interessa-me compreender a dinâmica de poder posterior à moratória que delimita os espaços de ação autônoma dispostas pelo devedor. A diferença de localização temporal de nossos interesses não impede, porém, que este trabalho mobilize, *mutatis mutandis*, várias das referências de caminhos traçados pelo autor, mas impõe a necessidade de alguns ajustes, descritos na sequência.

1.3. Questões metodológicas

Identificados os limites do conhecimento disponível é preciso avançar na caracterização de uma abordagem alternativa que contemple de modo satisfatório as questões que ensejam o trabalho. Se acatarmos que é o poder estrutural do setor financeiro que limita a ocorrência de defaults, o estudo da autonomia política do Estado *depois* da moratória precisa partir do pressuposto que este poder estrutural se encontra suficientemente debilitado para permitir que a situação exista, em primeiro lugar. Isto, porém, não implica em uma exclusão deste aspecto, mas na necessidade de situá-lo em conjunto com outras camadas. Como o propósito da tese é entender

⁴¹ ROOS, Jerome. **Why not default?** The Political Economy of Sovereign Debt. Princeton: Princeton University Press, 2019.

⁴² STRANGE, Susan. **States and markets**. London: Continuum, 1994, p. 25.

⁴³ ROOS, Jerome. **Why not default?** The Political Economy of Sovereign Debt. Princeton: Princeton University Press, 2019, p. 58.

a autonomia do Estado argentino, o traçado a ser seguido delineou-se com clareza: é preciso incorporar uma análise do Estado, mais precisamente sobre os vínculos entre o poder político do Estado e o capital.

Esta é uma escolha teórico-conceitual que, uma só vez, permite enfrentar uma série de lacunas observadas na bibliografia ostensiva – a reificação do Estado, o caráter estático das forças sociais, a pasteurização e despolitização da dívida externa, entre outros. Um equívoco metodológico do qual é preciso estar advertido é o de vincular a causalidade dos processos à afirmação de agência apenas a um dos atores envolvidos, isto é, de explicar os fatos em termos apenas das fragilidades ou fortalezas dos credores, operadores do Estado, instituições multilaterais, entre outros. Em termos práticos, isto significa que, quando da análise, devemos nos atentar à configuração específica em que aparecem os componentes da hipótese e situá-los como parte de um embate de vontades, um choque de forças.

A análise a ser desenvolvida tem como componente central o encadeamento das dimensões interna e externa da autonomia do Estado. Maiores detalhamentos sobre os marcos conceituais empregados serão apresentados na sequência, mas, desde já, é preciso registrar duas premissas centrais para a análise, a saber: a) o Estado capitalista é dotado de uma *autonomia relativa* e deve desempenhar duas funções básicas – assegurar as condições necessárias à reprodução do capital e administrar os conflitos sociais derivados deste processo; b) no período coberto pela pesquisa, a fração dominante no capitalismo, em termos sistêmicos, é a bancário-financeira, cujos interesses são prioritariamente perseguidos pelos Estados centrais e pelas estruturas institucionais de governança global. A partir dessas premissas, derivei uma primeira proposição, segundo a qual o exercício da autonomia frente à dívida externa requer um esforço duplo, que consiste em evadir-se das pressões dos credores e de seus representantes políticos e evitar a confluência de interesses entre credores externos e setores dominantes internos. Dito de outra maneira, a manutenção da autonomia frente à dívida externa dependerá da capacidade de os governantes blindarem o exercício das funções básicas do Estado da influência exercida pelas consequências da moratória.

Dessa maneira, a hipótese aventada para o trabalho indica que as margens de autonomia dispostas pelo Estado argentino nas negociações da dívida externa estiveram objetivamente condicionadas por três fatores: (a) concentração e natureza institucional dos credores; (b) organização do poder econômico local; (c) o espaço fiscal. A *concentração e natureza institucional dos credores* foi identificada a partir das referências bibliográficas e documentais disponíveis, através de uma segmentação do volume total da dívida a partir dos credores,

segmentados por natureza institucional (públicos ou privados) e origem nacional. A seleção desta variável busca contemplar as questões de ação coletiva, vitais para o exercício de pressões diretas sobre o devedor, bem como auxilia na caracterização dos interesses e implicações efetivamente em pauta quando das crises. As informações para caracterização empírica foram colhidas na bibliografia disponível e em relatórios do Ministério da Economia e do Fundo Monetário Internacional.

A *organização do poder econômico local* – avaliada pelo peso relativo dos setores agrário e industrial na formação do produto bruto – é outro fator crítico para compreensão da resiliência possível dos operadores do Estado⁴⁴ às pressões encaminhadas por ocasião da dívida. A premissa de fundo é que quanto mais fortes forem os grupos locais de interesses assonantes aos dos credores externos, mais difícil será para o governo sustentar posições autonomistas⁴⁵. A aferição empírica deste item se deu a partir dos dados disponíveis nas bases do Banco Mundial e foi complementada por outros indicadores que permitem uma visão mais abrangente, tais como a composição nacional do capital e o grau de concentração da cúpula empresarial do setor industrial. Nestes casos, os dados foram obtidos junto às bases da CEPAL e do Ministério da Economia argentino, bem como na bibliografia disponível. Finalmente, o *espaço fiscal*, calculado a partir dos resultados primários do setor não financeiro e da proporção da dívida e de seu serviço junto ao rendimento nacional bruto e as exportações – é o elemento que permite avaliar o mais elementar dos aspectos: a efetiva capacidade de pagamento do Estado. A disponibilidade de receita é crucial não apenas para pagar as dívidas, mas também para permitir ao Estado a gestão dos conflitos distributivos no interior da sociedade que, sob impacto das demandas fiscais trazidas pela dívida externa, pode fortalecer ou fragilizar a posição do governo. Aqui, os dados foram amealhados sobretudo nas bases do Banco Mundial e FMI.

Um objetivo complementar do trabalho foi o de delinear os mecanismos que operam como canais de transmissão de influência entre os componentes da hipótese e o comportamento estatal. A questão aqui é enfatizar os *locis* dos embates, os meios específicos em que as potências e fraquezas dos atores são empunhadas e colidem, o que envolve dois canais: a pressão direta (*leverage*) e o disciplinamento financeiro. O *leverage* é um tipo de influência política que se origina nas assimetrias de poder e recursos em um determinado campo de interação, que faz com

⁴⁴ BLOCK, Fred. **Revising State Theory**: essays in Politics and post industrialism. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

⁴⁵ ROOS, Jerome. **Why not default?** The Political Economy of Sovereign Debt. Princeton: Princeton University Press, 2019.

os resultados das ações e escolhas de um grupo de atores sejam condicionados pelo comportamento de outros. Ele tem a forma de pressões diretas baseadas em promessas de recompensa ou ameaças de punição, pela condução, ou não, de uma política desejada, o que, segundo Barbara Stallings, inclui “barganhas explícitas ou implícitas com bancos privados, agências de ajuda bilateral, corporações multinacionais, e, em casos extremos serviços de inteligência e Forças Armadas⁴⁶”.

Estados centrais podem mobilizar essa capacidade como um ativo de suas políticas externas, pressionando países em moratória, ou na iminência de uma, por concessões que vão além do problema da dívida. Portanto, as pressões relacionadas ao *leverage*, embora derivem do problema da dívida, não precisam ficar circunscritas a ele. O postulado subjacente a esta argumentação é que os Estados centrais, embora atuem no sentido de assegurar as condições de reprodução do capital como um todo, não têm sua atuação internacional restrita a velar pelos interesses dos credores individuais, dispondo de agendas e objetivos que são constituídos autonomamente e não se esgotam em temas estritamente econômicos, englobando questões de outras índoles. O *leverage* consiste, portanto, em um tipo de poder aderente à concepção tradicional deste termo na Ciência Política e Sociologia de matriz weberiana. Poder, neste caso, aparece como uma categoria relacional, concebida em termos de influência política de um ator sobre outro, em que aquele que possui determinados recursos pode exercer uma força modeladora sobre o comportamento de outrem, levando-o a adotar posturas que, de outro modo, não faria⁴⁷.

Ainda recorrendo ao vocabulário weberiano, a relação encapsulada pelo *leverage* se constitui como de poder, e não de dominação, haja vista não existir aqui a necessidade de reconhecimento do fundamento de legitimidade da ordem. É dizer, a efetividade do *leverage* depende mais das condições próprias do ator pressionado, de suas “fraquezas conjuntural e estruturais”⁴⁸ – do que na percepção, por parte daquele que sofre a pressão, de que os caminhos adotados detêm méritos intrínsecos para além da desobstrução do caminho para sanar o problema do débito. No contexto desta tese, suas manifestações concretas se dão na forma da pressão exercida por dois conjuntos de atores: os detentores do poder de veto sobre o comportamento das estruturas de governança política da acumulação de capital em escala global – em particular

⁴⁶ STALLINGS, Barbara. International influence on economic policy: Debt, Stabilization and structural reform. In. HAGGARD, S; KAUFMAN, R. **The politics of economic adjustment**: international constraints, distributive conflicts and the State. Princeton: Princeton University Press, 1992, p. 55.

⁴⁷ WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. Ciudad de México: Fónodo de Cultura Económica, 2014.

⁴⁸ COELHO, Jaime. **Economia, poder e influência externa**: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 260.

àquelas vinculadas à concessão de crédito; e os grupos sociais domésticos que controlam os segmentos mais sensíveis da economia argentina.

Desse modo, embora do ponto de vista conceitual o *leverage* possa ser exercido por atores de diferentes naturezas, no escopo desta pesquisa ele se refere prioritária, não exclusivamente, aos Estados centrais, às Instituições Financeiras Internacionais e à fração agroexportadora do empresariado argentino. Esta centralidade, que não deve ser tomada como exclusividade, se deve à posição destes atores na formulação das “regras do jogo” em que se dão as negociações da dívida, e sua capacidade de influenciar o comportamento dos mercados a partir decisões locais reforçam a capacidade de pressão disposta por eles. Nesse sentido, o *leverage* inclui desde a oferta condicionada de crédito à possibilidade de apoiar ou contrapor as posições dos devedores junto aos credores, viabilizar ou obstar acordos e influir sobre a alocação de recursos de modo a prejudicar ou apoiar os endividados.

O *leverage*, porém, não expressa um poder absoluto e irresistível, perante o qual o devedor necessariamente capitulará. Sua intensidade e eficácia são variáveis em função de diversos fatores que se relacionam tanto ao débito quanto ao contexto político-estratégico em que se inserem os atores. Assim, numa listagem não exaustiva, é preciso considerar fatores como: (a) concentração dos credores – a relação entre o montante devido e a quantidade de detentores dos títulos da dívida; (b) a natureza dos credores – estatais, intergovernamentais ou privados; (c) a legislação sob a qual foram emitidos os títulos da dívida; (d) a moeda em que está denominada a dívida; (e) a relevância do devedor para o êxito de objetivos políticos dos Estados com capacidade de *leverage*; (f) a disponibilidade de recursos; (g) a credibilidade das ameaças de punição ou recompensa; (h) a composição da coalizção que sustenta o governo do devedor.

A correlação de diferentes fatores pode, em algumas situações, limitar ou desaconselhar práticas deste tipo, mesmo quando estão presentes as condições necessárias para seu exercício. O que a análise empírica permitiu constatar é que quanto mais dependente das estruturas institucionais existentes, maior tende a ser a intensidade com que o *leverage* pode ser exercido. É importante frisar ainda que está não é uma determinação, mas uma tendência, haja vista que o recurso a este tipo de pressão requer não apenas a capacidade de um ator, mas também a existência de interesses específicos que se reconhecem como alcançáveis por este caminho e a disposição para segui-lo.

O segundo canal de transmissão de influência é o disciplinamento financeiro. Trata-se de um constrangimento à autonomia do Estado que se assenta na dependência em relação ao crédito,

e a relação de poder que daí se constitui com aqueles que dispõem deste recurso, sem o qual não é possível ao Estado funcionar e, em última instância, existir. Embora existam pontos de semelhança em relação ao *leverage*, o disciplinamento financeiro possui estrutura e lógica de funcionamento distintas, e significativamente mais sutis, que àquelas da pressão direta. Neste caso, a conexão não se dá através de uma relação de poder que opera em termos diádicos, de interação direta entre atores, mas sim estruturais, no sentido de distribuição geral de recursos dentro de uma ordem social. Isto é, ainda que nos dois casos seja a posse e capacidade assimétrica de alocação de recursos que fundamenta o poder disposto sobre o devedor, no caso do disciplinamento financeiro o exercício deste poder não requer uma interação direta, processos de barganha, ameaças e/ou promessas de recompensa. Como consequência, as pressões sobre a política externa se dão mais em termos de limitações das escolhas efetivamente disponíveis, da demarcação dos limites do possível, do que na apresentação de demandas específicas sobre o comportamento do devedor.

Mas como isto ocorre? Não há uma determinação apriorística nesta conexão, que assemelha muito mais a uma disputa, a um embate de vontades. O caminho que precisamos percorrer para visualizar o funcionamento deste mecanismo é mais opaco e tortuoso do que aquele traçado para constatar o *leverage*. Uma das principais dificuldades aqui resulta do tratamento tardio dado aos aspectos político envolvidos nas políticas monetárias e nas relações financeiras internacionais, que, por muito tempo, foram consideradas campos essencialmente técnicos⁴⁹.

Primeiro, é preciso recordar o ponto sublinhado anteriormente – da relação simbiótica entre o capital e as estruturas políticas de governança do meio em que se dá acumulação. A dívida, por sua vez, deve ser observada tanto em sua emissão como em contextos em que se encontra reestruturada ou reprogramada. Em ambos os casos, a necessidade de financiamento pode ser buscada a partir de uma série de escolhas possíveis, cuja viabilidade e êxito estão vinculadas a posicionamentos políticos que podem implicar em cerceamento da autonomia. Refiro-me, especificamente, à emissão de sinalizações por parte do Estado endividado no sentido de reforçar sua adesão e comprometimento às expectativas dos mercados financeiros, ou ainda às consequências de posicionar-se contrariamente a tais expectativas⁵⁰. Indicadores como os de “risco país”, ou as classificações de risco emitidas por agências privadas são exemplos de percepções

⁴⁹ BROZ, J. Lawrence; FRIEDEN, Jeffrey. The Political Economy of International Monetary Relations. **Annu. Rev. Polit. Sci.** 2001. 4:317–43.

⁵⁰ KIRSHNER, Jonathan. Money is Politics. **Review of International Political Economy**, v. 10, n. 4, p. 645-660. 2003.

enviesadas destes mercados, que engendram consequências políticas na medida que orientam as ações dos agentes econômicos.

Assim, costumam-se alinhamentos às posições e agendas países e organizações que representam os interesses do capital financeiro, buscando “credenciais positivas” e a formação de “ambientes positivos” para os negócios. Tais alinhamentos assumem formas diversas, que podem abranger iniciativas de aproximação diplomática com países centrais, em busca de manifestações de apoio, realização de adequações jurídico-institucionais que implicam em compromissos internacionais, adesões a tratados e acordos, entre outros. Por outro lado, reações à dívida baseadas no enfrentamento dos credores internacionais, ou pelo confronto com frações de classe dominantes internamente, tendem ao cerceamento do acesso aos mercados de capitais, engendrando problemas de restrição externa. Este tipo de postura, praticamente interdita em situações nas quais o crédito é concentrado em poucos atores, torna-se viável na existência de fontes alternativas de capitais. Neste caso, porém, a restrição toma a forma de alianças atípicas, cujo sustento é o estrangulamento financeiro, e não necessariamente uma convergência de interesses socialmente enraizados.

Afigura-se, assim, o quadro analítico em que serão travejados os diversos fatos que compõem a realidade de cada momento. Trata-se, em suma, de identificar a configuração assumida por cada um dos elementos constitutivos da hipótese em cada um dos momentos analisados e, relacionando-os, deslindar a intensidade com que os canais de transmissão de influência pressionaram a capacidade de decisão autônoma do Estado argentino na questão da dívida. O préstimo desse enquadramento é permitir o tratamento ordenado e integrado de uma massa robusta de fatos.

A execução da pesquisa empírica se deu em três frentes: (1) análise de documentação oficial de governos e Instituições Internacionais; (2) coleta, sistematização e análise de dados estatísticos; (3) entrevistas. Fontes hemerográficas foram empregadas de modo subsidiário, compreendendo principalmente os principais jornais argentinos, estadunidenses e, em alguns casos, brasileiros. Na *análise documental*, busquei mapear a evolução das negociações e o comportamento dos principais atores – os governos argentino e estadunidense, o Fundo Monetário Internacional e as associações de credores – buscando registros das pressões sofridas, concessões realizadas, eventuais mudanças políticas e posicionamentos frente às agendas de governos e organismos internacionais. A documentação utilizada pela tese foi haurida nos seguintes acervos:

Quadro 2 – Acervos documentais consultados

Arquivo	Localização	Período de consulta	Tipo de consulta
Arquivo Ramiro Saraiva Guerreiro	Rio de Janeiro, RJ, BR	1982-1984	Presencial
Banco Central de la República Argentina	Buenos Aires, CABA, ARG	1976 – 2007.	Virtual
Instituto Nacional de Estadísticas y Censos	Buenos Aires, CABA, ARG	1976 – 2007.	Virtual
International Monetary Fund Archives	Washington, DC, EUA	1976-2010	Presencial e Virtual
James Baker Archives	Princeton, NJ, EUA	1983-1992.	Presencial
Ministério de Economía de la República Argentina	Buenos Aires, CABA, ARG	1976 – 2007.	Virtual
National Archives and Records Administration	Washington, DC, EUA	1976 – 1989	Presencial e Virtual
Repositório da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)	Santiago, Chile	1976 – 2007.	Virtual

Fonte: Elaboração própria.

A coleta e sistematização dos dados estatísticos teve o fito de cartografar a evolução da situação macroeconômica e dos pagamentos da dívida. Há um especial destaque para a questão do acesso ao financiamento externo, tanto por fluxos de investimento como por emissão de títulos públicos, e da restrição externa do balanço de pagamentos. Munido desses dados, busquei identificar em quais condições fiscais e financeiras ocorreram os pagamentos da dívida, de modo que as vulnerabilidades existentes possam ser localizadas temporalmente. Já as *entrevistas* se voltam a dois objetivos: preencher lacunas resultantes de documentação inexistente ou inacessível, tendo em vista o lapso temporal reduzido entre a ocorrência dos fatos e o desenvolvimento da pesquisa; e capturar nuances dos processos que não estão contidos nos documentos disponíveis e nos dados estatísticos, porque se inscrevem em partes da dinâmica política que não sói estar documentada nem tampouco adstrita aos mecanismos procedimentais, como é o caso das pressões diretas de atores externos. Trata-se de um procedimento cujo emprego em pesquisas qualitativas superou, nos últimos anos, o ceticismo que inicialmente atraía, sendo hoje um recurso amplamente utilizado⁵¹. As entrevistas foram semiestruturadas e, na maioria dos casos, tiveram de ser realizadas através videoconferência, tendo contemplado agentes envolvidos na questão, como diplomatas, políticos, funcionários governamentais e de instituições financeiras. As entrevistas

⁵¹ RATHBUN, Brian C. Interviewing and Qualitative Field Methods: Pragmatism and Practicalities. In: BO X-STEFFENSMEIR, Janet M.; BRADY, Henry E.; COLLIER, David. **The Oxford Handbook of Political Methodology**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

serão citadas seguindo um sistema de referência próprio, desenvolvido pelo autor para facilitar a contextualização de seu conteúdo sem comprometer o sigilo requerido pelas pessoas entrevistadas. Na notação desenvolvida, são especificados o país de origem do indivíduo, bem como sua posição hierárquica e filiação institucional a partir da sequência abaixo:

Quadro 3 – Sistema de notação das entrevistas e forma de referência

Notação	País/instituição
ARG	Argentina
BRA	Brasil
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional.
Notação	Grau hierárquico
H1	Chefe de Estado e/ou de governo. Embaixador plenipotenciário. Ministro de Estado.
H2	Vice-ministro. Cônsul. Representante e/ou dirigente de organismo internacional
H3	Assessor presidencial e/ou ministerial. Funcionário de Ministério de Estado e/ou Organização Internacional
H4	Acadêmico/Jornalista

Número de ordem da entrevista/país ou instituição/posição hierárquica. Entrevista concedida ao autor. Local de realização: Ano.

Fonte: Elaboração própria

Por fim, a *análise hemerográfica* teve como objetivo auxiliar na organização da narrativa do processo histórico. As informações colhidas junto aos jornais diários de grande circulação, tanto na Argentina como nos EUA e no Brasil, são um recurso importante para catalogar a evolução tanto das crises como das negociações porque permitem reunir fatos, propostas e debates que não estão catalogados nos documentos oficiais, mas têm importância para um entendimento global da questão.

No desenvolvimento da análise empírica, as relações com os Estados Unidos da América foram sublinhadas como um eixo de particular interesse, haja vista a posição central deste país no sistema financeiro internacional. No caso dos governos de Carlos Menem (1989 – 1989), não me detive especificamente na avaliação das variáveis de interesse por uma razão de ordem lógica: não me pareceu necessário avaliar os constrangimentos à autonomia em um período no qual ela não era uma meta. No entanto, o capítulo dedicado a este governo é de fundamental importância para

que o exercício de estudo da diferença não seja indevidamente comprometido pela ausência de encadeamento histórico. Destarte, a estrutura da tese contém cinco capítulos, além desta introdução e das conclusões. No primeiro, apresento uma síntese conceitual que lastreia as premissas da análise e estabelece parâmetros e léxicos empregados posteriormente. O segundo e o quarto capítulos contém uma revisão do trajeto que culminou nas crises dos anos 1980 e 1998 – 2001, integrando as dimensões local e externa e apresentando os dados referentes à hipótese. O terceiro e quinto capítulos, por sua vez, apresentam a análise dos governos Alfonsín e Kirchner.

Por fim, cabe uma palavra sobre ânios e utopias. O emprego de tais termos, por si só, já torna desnecessária uma digressão de sociologia do conhecimento a respeito da neutralidade do investigador sobre seu objeto. Esta neutralidade não é desejada, nem tampouco buscada, mas espero genuinamente que isto não tenha resultado em uma análise enviesada em demasia. Ao longo do texto, esforcei-me para que o exercício de compreensão fosse além do entendimento mais intuitivo que resulta das posições particulares sobre o assunto, e que os desejos sobre a realidade não se impusessem sobre aquilo que ela autoriza licitamente considerar – uma empreitada cujo êxito ficará sob julgamento de quem lê.

7. CONCLUSÃO

O que foi feito, amigo, de tudo que a gente sonhou?
O que foi feito da vida, o que foi feito do amor?
Quisera encontrar aquele verso menino
Que escrevi há tantos anos atrás
Falo assim sem saudade, falo assim por saber
Se muito vale o já feito, mais vale o que será
Mas vale o que será

E o que foi feito é preciso conhecer para melhor
prosseguir
Falo assim sem tristeza, falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos que nós iremos crescer
Nós iremos crescer, outros outubros virão
Outras manhãs, plenas de sol e de luz

Milton Nascimento e Fernando Brant

Esta tese se debruçou sobre a problemática da autonomia do Estado argentino frente à dívida externa. Identificada uma significativa diferença nas negociações da dívida externa nas décadas de 1980 e 2000, o problema de pesquisa suscitado buscava dar conta de compreender os elementos que informavam esta disparidade, que, embora pudesse ser apreendida da literatura, não foi detalhadamente escrutinada ou isolada como objeto específico de interesse. Tratava-se, então, de identificar as condições concretas que demarcam os espaços dispostos por operadores do Estado que, ciosos da autonomia, defrontam-se com as forças do capital financeiro. O trajeto percorrido em resposta a esta pergunta partiu de um conjunto de enunciados sobre as relações mais abrangentes em cujo seio se inscrevem os fatos apurados. O Estado capitalista, dotado de autonomia relativa, deve executar duas funções elementares – garantir a acumulação de capital e gerir os conflitos sociais. O exercício dessas atividades requisita receitas, dinheiro, e um dos meios à disposição para obter esses recursos é justamente a dívida que, em situações de crise, termina acentuando os conflitos distributivos e limitando a capacidade de o Estado exercer suas funções básicas. Daí delinearam-se os componentes da hipótese – era necessário entender as relações de poder que envolviam o Estado local e internacionalmente, bem como aferir sua capacidade fiscal, o que pede um exame de quem são os credores, das forças dominantes no país e do espaço fiscal.

Dessa maneira, o desenrolar das negociações nos governos Alfonsín e Kirchner assumiu um caráter muito mais inteligível do que aquele que se desenhava à primeira vista. Alfonsín governou em meio a severas restrições fiscais e em uma sociedade cujos poderes econômicos haviam sido substancialmente reconfigurados pelo regime autoritário. Nos anos 1980, a Argentina ainda não era a “pátria financeira” que se tornaria na década seguinte, mas tampouco era o país que Alfonsín supunha quando tomou posse. As reformas da ditadura reafirmaram o poder das oligarquias agrárias, fortaleceram as frações financistas e concentraram o setor industrial a tal ponto que as pequenas firmas de capital nacional terminaram virtualmente suprimidas. No poder, Alfonsín tentou enfrentar o problema da dívida de modo assertivo, mas logo esbarrou na ausência de condições fáticas para tanto. Os credores externos eram suficientemente poderosos para mobilizar governos e instituições internacionais em seu favor – curso em que, aliás, ambos os atores já se encontravam – ao passo em que os setores dominantes locais, embora ainda não fossem hegemônicos, eram suficientemente fortes para barrar as chances de êxito da política econômica. A falta de espaço fiscal para sustentar as posições do presidente sem acirrar os ânimos internos vinha ao encontro da aliança informal entre credores e empresariado local, unidos no interesse de barrar um aumento real dos salários, criando a tempestade perfeita que, ao fim, afogou o governo.

Kirchner, por sua vez, navegou em um mar mais turbulento, mas de ventos mais favoráveis. Os credores do default de 2001 eram muito mais numerosos, mas atomizados e sem maior capacidade de reivindicar com êxito os apoios usufruídos pelos banqueiros dos anos 1980. Ao mesmo tempo, a grande massa de credores argentinos criava uma relação mais simétrica com o governo porque não interessava a estes grupos que o Estado permaneça por muito tempo na bancarrota. O poder econômico configurava-se de maneira distinta daquela que serviu à aliança operada pelo peronismo dos anos 1940, mas a capacidade de liderança de Kirchner revelou-se essencial para acomodar os movimentos sociais em um momento crítico e a fragilidade do setor bancário-financeiro limitava a articulação dos credores internacionais com poderes locais. Nada disso, porém, teria sido possível sem o concurso de um terceiro fator – as margens fiscais que o governo dispunha como resultado da apreciação dos termos de troca da balança comercial e da gestão macroeconômica. O espaço fiscal permitiu concessões vitais aos trabalhadores que se traduziram em reativação da demanda interna, impulsionando o desempenho da economia como um todo e, não menos relevante, garantiram a sustentabilidade da posição de enfrentamento junto ao FMI. Neste sentido, Kirchner vivenciou, por alguns anos, uma situação “ideal” do ponto de

vista das funções de um Estado capitalista – foi possível acumular e distribuir, crescer e acomodar o conflito social.

O material haurido durante a pesquisa permite tecer algumas considerações adicionais a partir de tópicos que se sobressaíram na narrativa exposta. Um primeiro caso é o das interfaces entre o problema da dívida externa e as relações interestatais, ilustrados na iniciativa de Cartagena e nas relações com os Estados Unidos. Cartagena mostrou como as possibilidades de uma cooperação política mais assertiva podem ser significativamente tolhidas pelo concurso de pressões externas e internas aos países. É interessante notar como as rédeas dos trabalhos foram tomadas pelos representantes dos ministérios econômicos, e não pela diplomacia, e como os discursos enfáticos em defesa da solidariedade regional foram minados nos bastidores pelos interesses financeiros. Um fator ainda pouco explorado pela bibliografia, mas que certamente merece estudos mais detidos, é a relevância dos setores bancários nacionais, principalmente do México e do Brasil, na interdição de qualquer esforço de cooperação política mais sólida.

Enquanto Cartagena parece confirmar as interpretações clássicas sobre o poder de veto da burguesia aos dirigentes estatais, a experiência das relações com o Estados Unidos nos obriga a um olhar mais nuançado. É certo que os governos estadunidenses não se moveram em frontal oposição aos interesses econômicos dominantes de turno, mas é igualmente certo que havia mais do que isso em suas agendas. Em termos operacionais, na falta de um termo melhor, cabe notar ainda que a política externa dos EUA não pode ser subsumida à burocracia diplomática, mas deve necessariamente contemplar a atuação do Departamento do Tesouro. O fato serem os burocratas do Tesouro, e não do Departamento de Estado, que conduzem determinados eixos da atuação dos EUA pode sugerir que não se trata de política externa, mas está é uma pista falsa. Com efeito, a política externa estadunidense acomodou as questões financeiras e estratégicas nas relações com a Argentina de modo a viabilizar interesses mais abrangentes, manejando com habilidade variável as necessidades argentinas em favor da satisfação das metas prioritárias de Washington.

No caso do governo Alfonsín, a prioridade não era a crise da dívida, mas o programa *Cóndor II*, tema no qual o êxito da administração Reagan foi muito limitado. Ainda que não seja possível afirmar categoricamente, não me parece infundado que as resistências de Alfonsín a ceder na questão nuclear tenham pesado na falta de apoio às pautas da crise da dívida. Duas décadas depois, novamente com uma Casa Branca republicana, a história foi distinta. Com interesses econômicos bem menos relevantes em jogo na Argentina, o governo Bush teve atuação

francamente favorável ao país nas negociações com o FMI. Os porquês dessa postura são vários – havia a contrariedade do governo para com os “internacionalistas”, a diferenciação com seu antecessor, a falta de pressões organizadas relevantes, mas não só. Do outro lado havia um governo que, embora empunhasse vigorosamente a bandeira da autonomia, não desviou de atender às principais demandas dos EUA na agenda de segurança, nem procurou romper com laços forjados pela administração anterior neste campo.

Estabelecido o posicionamento explicativo do trabalho na dimensão histórica, que constitui o objetivo principal da tese, cabe dizer algo sobre as questões conceituais e teóricas subjacentes ao problema de pesquisa. Em outras palavras, o que a experiência histórica aqui tratada nos informa a respeito da problemática da autonomia do Estado em termos mais abrangentes? A primeira conclusão autorizada pelo trabalho é a impossibilidade de pensar na autonomia nas relações exteriores descasando-a daquela que o Estado mantém internamente, frente às classes dominantes. Esta, contudo, é uma afirmação que traz mais perguntas do que respostas. Uma delas extrapola em muito as possibilidades abertas por esta tese, e diz respeito às condições que permitem a construção de alianças sociais capazes de sustentar os reveses impostos a partir do exterior a comportamentos autonomistas. Uma segunda, sobre a qual pode-se dizer mais, refere-se à viabilidade de uma postura autonomista nas relações exteriores em um contexto no qual as forças dominantes locais são justamente aquelas que se beneficiam da condição dependente.

O problema prático é garantir a autonomia relativa, seja resistindo a contestações, seja obtendo aquiescência tácita. Em ambos os casos, é a capacidade de os governantes conduzirem políticas aderentes às funções elementares do Estado que se sobressaiu como elemento decisivo para preservação de sua autonomia relativa. Dito de outro modo, iniciativas autonomistas nas relações exteriores têm sua vitalidade condicionada a existência de condições que permitam a acumulação exitosa de capital e a acomodação dos conflitos sociais. Remetemo-nos, portanto, à centralidade do aspecto fiscal, a disponibilidade de receitas capazes de viabilizar estes dois aspectos. O próprio apoio à continuidade dos pagamentos da dívida externa inscreve-se neste quadro – o *default* de 2002, por exemplo, foi largamente respaldado pelas forças capitalistas argentinas porque, naquele momento, a interrupção dos pagamentos servia mais à reprodução do capitalismo no país do que a sua continuidade.

O elemento de contradição aparece quando recordamos que estas condições ocorreram em contextos nos quais havia ou uma apreciação dos termos de troca ou um massivo fluxo de capitais

externos ingressando na Argentina, o que evidencia que mesmo a autonomia se encontra enredada na tessitura urdida pela dependência, que condiciona os resultados econômicos locais às dinâmicas estrangeiras. A autonomia encontra-se, assim, em uma jaula de aço, na famosa expressão de Max Weber, na qual é possível movimentar-se, mas não se evadir de todo. Não pretendo, contudo, que estas constatações sirvam de alimento ao pessimismo ou ao fatalismo quanto à ação concreta. As possibilidades de transformação e de enfrentamento não precisam ser totais para serem dignas de empenho. O caminho percorrido pela tese permite confirmar que, sem a dimensão específica dos interesses dos governantes, nenhum esforço de explicação é completo, ou seja, não basta que as condições estejam postas, é preciso que haja o interesse em vertê-las em algo concreto. A política exprime relações de força, não desejos, mas isto não a reduz a um eterno diálogo meliano nem, menos ainda, a um jogo de cartas marcadas, porque ela também representa o engenho de seus praticantes. Não é outra, se não esta, a razão pela qual a Argentina desafia todas as teorias.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Manuel; BASUALDO, Eduardo; KHAVISSE, Miguel. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

AHORA, la Argentina negociará em ALCA. **Ámbito Financiero**. Buenos Aires, 2003.

ALFONSÍN pide una cumbre de gobiernos por la deuda. **Clarín**, 14 set. 1984. Buenos Aires, 1984.

ALFONSÍN, Raúl. **Cien días de gobierno por cien años de democracia**. 23 mar. 1984. Buenos Aires, 1984.

ALFONSÍN, Raúl. **Discurso ante el presidente de los Estados Unidos Ronald Reagan, jardines de la Casa Blanca**. Washington, 19 mar 1985.

ALFONSÍN, Raúl. **Discurso de asunción presidencial ante Asamblea Legislativa**, 10.12.1983. Buenos Aires, 1983. Disponível em: < <https://www.alfonsin.org/discursos-de-asuncion-presidencial-ante-asamblea-legislativa/> > Acesso em 01 jun. 2020.

ALFONSÍN, Raúl. **Discurso en defensa de la democracia y anuncio de economía de guerra**. Buenos Aires, 26 abril 1985.

ALFONSÍN, Raúl. **Memoria política: transición a la democracia y derechos humanos**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

ALFONSÍN, Raúl. **Mensaje del señor presidente difundido por la red nacional de radio y televisión**. 27 jun. 1984. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample1/argentin/alfonsin/840456d.html>> Acesso em: 31 out. 2020.

ALFONSÍN, Raúl. **Reportaje al señor presidente realizado en la Casa de Gobierno por periodistas de la televisora TVS de los Estados Unidos de América**. 29 de jun.1984. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/larrp/pm/sample1/argentin/alfonsin/840466.html>> Acesso em: 31 out. 2020.

ALTAMIRA, César. **Os marxismos do novo século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

AMADEO, Javier. O debate económico na Argentina da democratização. **Tese** (Doutorado em Ciência Política). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

ARES, Carlos. E l ministro de Economía anuncia que Argentina no pagará la deuda que considere "ilegítima". **El País**. Madrid, 17 maio. 1984.

ARGENTINA faz acordo com os bancos sem aval do FMI. **Jornal do Brasil**. n. 83, 1º caderno. Rio de Janeiro, 1984, p. 13.

ARGENTINA reduz divergências com o FMI. **Jornal do Brasil**. n. 81, 1º caderno. Rio de Janeiro, 1984, p. 17.

ARGENTINA, IMF Talking About Plan for Future. **Los Angeles Times**, 20 ago. 2001. Argentina, IMF Talking About Plan for Future - Los Angeles Times (latimes.com)

ARGENTINA. Congreso Nacional. Cámara de Senadores de la Nación. Reunión 4ª, 16 mayo 1984. **Transcripción**. Buenos Aires, 1984.

ARGENTINA. Congreso Nacional. **Ley 26.017** – Deuda Pública. Buenos Aires, 2005.

ARGENTINA. **Letter of Intent, Memorandum of Economic Policies, and Technical Memorandum of Understanding**. Washington: IMF Archives, 2003b.

ARGENTINA. **Letter of Intent, Memorandum of Economic Policies, and Technical Memorandum of Understanding**. Washington: IMF Archives, 2004a.

ARGENTINA. **Ley 22.591**: Indisponibilidad de bienes británicos por Guerra de Malvinas. 21.05.1982. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=221637>> Acesso em 01 jun. 2020.

ARGENTINA. **Mensajes Presidenciales**: Proceso de Reorganización Nacional. Tomo I. Buenos Aires, 1976.

ARGENTINA. Ministério de Economía. **Oferta de Canje**. Buenos Aires: 2005.

ARGENTINA. Poder Ejecutivo Nacional. **Plan Trienal para la reconstrucción y la Liberación Nacional**. Buenos Aires, 1973, p. 13-15.

ARGENTINA. Presidencia de la Nación. **Decreto n. 1375/04**. Buenos Aires: 2004.

ARGENTINA. Presidencia de la Nación. **Decreto n. 1735/04**. Buenos Aires: 2004.

ARGENTINA; BOLIVIA; BRAZIL; CHILE; COLOMBIA; DOMINICAN REPUBLIC; ECUADOR; MEXICO; PERU; URUGUAY; VENEZUELA. **Cartagena communique on foreign debt and economic development**. Cartagena, 1984.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

AUSTRALIAN TREASURY SECRETARY. Australia and the International Financial Institutions **Reports 2002-03**. Annual Report to the Parliament. Canberra: 2003, p. 4.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AYERBE, Luís Fernando. **Neoliberalismo e política externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BAER, Werner; MARGOT, Diego; MONTES-ROJAS, Gabriel. Argentina's default and the lack of dire consequences. **Economia Aplicada**, v. 15, n. 1. Ribeirão Preto, 2011

BALIÑO, Tomás. The Argentina Banking Crisis of 1980. In. SUNDARARAJAN, V; BALIÑO, T. **Banking crisis: cases and issues.** Washington: International Monetary Fund, 1991.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Comunicación “A” 31 – 05/06/1981.** Buenos Aires, 1981.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Comunicación “A” 61 – 05/06/1981.** Buenos Aires, 1981. 24/09/1981.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Comunicación “A” 695 – 01/07/1985.** Buenos Aires, 1985.

BÁRCENA, Alicia. La crisis de la deuda latinoamericana: 30 años después. In. OCAMPO, José Antonio; STALLINGS, Barbara; BUSTILLO, Inés; VELLOSO, Helvia; FRENKEL, Roberto. **La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica.** Santiago: CEPAL, 2014.

BASUALDO, Eduardo. La reestructuración de la economía argentina durante las últimas décadas de la sustitución de importaciones a la valorización financiera. In: BASUALDO, Eduardo. Arceo, Enrique (Org.) **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales.** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 140.

BASUALDO, Eduardo. **Estudios de historia económica argentina: desde mediados del siglo XX a la actualidad.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.

BASUALDO, Eduardo; KULFAS, Matías. Fuga de capitales y endeudamiento externo en la Argentina. **Realidad Económica**, n. 173. Buenos Aires: IADE, 2000.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O dólar e os desequilíbrios globais. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 3, p. 224-232. São Paulo, 2005.

BENSON, Todd. IMF Accepts standstill to let Argentina work on debt. **The New York Times**, 01/09/2004. New York, 2004.

BLOCK, Fred. The Fiscal Crisis of the Capitalist State. **Annual Review of Sociology**, v. 7, 1981.

BLOCK, Fred. **Revising State Theory – Essays in Politics and Post industrialism.** Philadelphia: Temple University Press, 1987.

- BLOCK, Fred. **The ruling class does not rule:** notes on the Marxist theory of state. **Socialist revolution**, s/v, n. 33, 1977.
- BLYTH, Mark. **Austerity:** the history of a dangerous idea. New York: Oxford University Press, 2013.
- BONVECCHI, Alejandro. Del gobierno de la emergencia al capitalismo seletivo: las relaciones Estado empresarios durante el kirchnerismo. In DE LUCA, Miguel; MALAMUD, Andrés. **La política em tempos de Kirchner**. Buenos Aires: Eudeba, 2011. p.143-155.
- BOUGHTON, James. **Silent Revolution:** The International Monetary Fund (1979-1989). Washington: The International Monetary Fund, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. **Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1979.
- BRENTA, Noemí. **Historia de la Deuda Externa Argentina:** de Martínez de Hoz a Macri. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.
- BRENTA, Noemí. **Historia de la deuda externa argentina:** de Martínez de Hoz a Macri. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.
- BURKE, Edmund. **Reflections on the Revolution in France**. London, 1790.
- BURNHAM, Peter. Capital, Crisis and the International State System. In. BONEFELD, Werner; HOLLOWAY, John (Org). **Global Capital, National State and the Politics of Money**. New York: St. Martin's Press, 1996.
- BURNHAM, Peter. Marx, international political economy and globalization. **Capital & Class**, v. 25, n. 103, 2001.
- BUSSO, Anabela. Los vaivenes de la política exterior argentina re-democratizada (1983-2013). Reflexiones sobre el impacto de los condicionantes internos. **Estudios Internacionales**. v.46, n. 11. Santiago: 2014.
- BUSSO, Anabella. Neoliberal Crisis, Social Demands, and Foreign Policy in Kirchnerist Argentina. **Contexto int.**, v. 38, n. 1. Rio de Janeiro: 2016.
- CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina:** história de uma ideia na “visão do outro”. Brasília: FUNAG, 2010, p. 242.
- CASTAÑEDA, Jorge. Latin America's Left Turn. **Foreign Affairs**, n. 85, v. 3. 2006.
- CASTELLANI, Ana; SCHORR, Martín. Argentina: convertibilidad, crisis de acumulación y disputas en el interior del bloque de poder económico. **CDC**, v. 21, n. 57, p. 55-82. Caracas, 2004
- KULFAS, Matías. **Los tres kirchnerismos:** una historia de la economía argentina (2003-2015). Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

- CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y Democracia**. Buenos Aires: Edueba, 2003, p. 80.
- CEBERIO, Jesús. 'Cumbre' de 11 países latinoamericanos para buscar un marco global en la renegociación de la deuda exterior. **EL País**, 18 jun. 1984.
- CENTENO, Miguel. **Blood and debt: war and Nation-State in Latin America**. University Park: Pennsylvania State University, 2002.
- CENTENO, Miguel. Blood and Debt: War and Taxation in Nineteenth-Century Latin America. **American Journal of Sociology**, n. 102, v. 6, p. 1565–1605.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The Cartagena Group: politicizing the debt in Latin America. **Intelligence Assessment**. Washington, 1986.
- CEPAL. Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe. Santiago: CEPAL, 2015.
- CISNEROS, Andrés. Urge fijar la posición argentina en la ONU. **La Nación**. 29 jun 2004. Buenos Aires, 2004.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, 1, 2 e 3. In. CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. **Marxismo como ciência social**. Curitiba: Editora UFPR, 2011, p. 93 – 126.
- COELHO, Jaime. **Economia, poder e influência externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, 2012.
- COELHO, Jaime. Trajetórias e interesses: os EUA e as finanças globalizadas num contexto de crise e transição. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5 (125), pp. 771-793. São Paulo, 2011.
- COHEN, Benjamin. **A Geografia do Dinheiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe – 1989**. Santiago: CEPAL, 1990.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe – 1990**. Santiago: CEPAL, 1991.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe – 1994**. Santiago: CEPAL, 1995.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe – 1999**. Santiago: CEPAL, 2000.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe – 2002**. Santiago: CEPAL, 2003.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe – 2003**. Santiago: CEPAL, 2004.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2004. Santiago: CEPAL, 2005.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2005. Santiago: CEPAL, 2006.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2006. Santiago: CEPAL, 2007.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2007. Santiago: CEPAL, 2003.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2008. Santiago: CEPAL, 2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2009. SANTIAGO: CEPAL, 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2010. SANTIAGO: CEPAL, 2011.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2011. SANTIAGO: CEPAL, 2012.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2012. SANTIAGO: CEPAL, 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2013. SANTIAGO: CEPAL, 2014.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2014. SANTIAGO: CEPAL, 2015.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe** – 2015. SANTIAGO: CEPAL, 2016.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Bases for a Latin American Response to the International Economic Crisis**. Santiago, 1983.

CONFERENCIA ECONÓMICA LATINOAMERICANA. **Declaración de Quito y Plan de Acción de la Conferencia Económica Latinoamericana**. Quito, 1984.

CONTI, BRUNO; PRATES, Daniela; PLIHON, Dominique. O sistema monetário internacional e seu caráter hierarquizado. In: CINTRA, Marcos; MARTINS, Alice (Org.). **As Transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: IPEA, 2013.

CONVERTIBILIDAD: el "uno a uno", la política económica que marcó la presidencia de Menem y terminó en crisis. **Ámbito Financiero**, 19 dez. 2020.

COOPER, Andrew; MOMANI, Bessma Negotiating Out of Argentina's Financial Crisis: Segmenting the International Creditors. **New Political Economy**. v. 10, n. 3. 2005.

CORRALES, Javier. The Politics of Argentina's Meltdown. **World Policy Journal**, v. 19, n. 3. 2002.

CORTÉS, Roberto Cortés. **Dinero, deuda y crisis**: evolución fiscal y monetaria en la Argentina, 1862–1890. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.

COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 10, n. 126, 1981, p. 127.

CRUZ, Sebastião Velasco. **Trajectoria**: Capitalismo neoliberal e reformas nos países da periferia. São Paulo: Editora UNESP: Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, 2007.

CUNHA, Andrés. Reformas na Arquitetura Financeira Internacional: Novidades no Front? **Análise Econômica**, v. 22, n. 41. Porto Alegre: 2004.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto. La economía argentina bajo los Kirchner: una historia de dos lustros. Buenos Aires, mimeo, 2014.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. La deuda argentina: historia, default y reestructuración. **Cuadernos del CEDES**. Buenos Aires, 2005.

DAMILL, Mario; FRENKEL, Roberto; RAPETTI, Martín. The Argentinean Debt: History, Default and Restructuring. **Economía**, v.6, n.3. Brasília: 2005, p. 69.

DAMILL, Mario; KAMPEL, Daniel. Análisis del balance de pagos de la Argentina: cambios metodológicos y desempeño reciente. **Documentos de Economía**, n. 14. Buenos Aires: Universidad de Palermo/CEDES, 1999.

DATZ, Giselle. The Inextricable Link between Sovereign Debt and Pensions in Argentina, 1993–2010. **Latin American Politics and Society**, v.54, n. 1. Miami: 2012, p. 101–126.

DÁVILA, Francisco Suárez. La política financiera internacional de México. Relaciones con el Banco Mundial y el FMI. **Comercio Exterior**, v. 44, n. 10, Ciudad de México, 1994.

DE LA BALZE, Felipe. La política exterior de los gobiernos Kirchner (2003-2009). **Estudios internacionales**. v. 43.n. 166. Santiago, 2010.

DEVLIN, Robert. **Debt and Crisis in Latin America**: The Supply Side of the Story. Princeton: Princeton University Press, 1989.

DEVLIN, Robert. External debt and crisis: the decline of the orthodox strategy. **Cepal Review**, n. 27. Santiago: 1985.

DIAMINT, Rut. **Sin gloria**: la política de defensa en la Argentina democrática. Buenos Aires: EDUEBA, 2014.

DIAZ-ALEJANDRO, Carlos F. **Essays on the economic history of the Argentina Republic**. New Haven: Yale University Press, 1970

DIAZ-CASSOU, Javier; ERCE-DOMÍNGUEZ, Aitor; VÁZQUEZ-ZAMORA, Juan. Recent episodes of sovereign debt restructurings – a case-study approach. **Documentos Ocasionales N. 0804**. Madrid: Banco de España, 2008.

DURÁN, Esperanza. Latin America's External Debt: The Limits of Regional Cooperation. **The World Today**, v. 42, n. 5. London: 1986.

ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. **Economic Survey of Latin American and the Caribbean**. Santiago, 1999.

EICHENGREEN, Barry; HAUSMANN, Ricardo; PANIZZA, Ugo. Currency Mismatches, Debt Intolerance, and Original Sin: Why They Are Not the Same and Why It Matters. In. EDWARDS, Sebastián (Org.) **Capital Controls and Capital Flows in Emerging Economies: Policies, Practices and Consequences**. Chicago: University of Chicago Pres, 2007.

EL AÑO que la Argentina le dijo no al Fondo. **La Nación**. 09 jan. 2000. Disponible em:<<https://www.lanacion.com.ar/economia/el-ano-en-que-la-argentina-le-dijo-no-al-fondo-nid879/>> Acceso em: 19 out. 2020.

EL DÍA que la Plaza se volvió a cubrir de sangre. **Diario Clarín**. 21/01/2000. Buenos Aires, 2000.

EL FIN del 'corralito' en Argentina será efectivo a partir del 2 de diciembre. **El País**. Madrid: 2002.

ENTREVISTA. **01EUAH2**. Entrevista concedida ao autor. Washington, 2020.

ESCODÉ, Carlos **La Argentina**: ¿paria internacional? Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1984.

ESCODÉ, Carlos. **El realismo de los Estados débiles**: La política exterior de primer gobierno Menem frente a la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.

ESCODÉ, Carlos; CISNEROS, Andrés. **Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas**. Buenos Aires, 2000.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, Cristina. **Palabras en el Encuentro con el nuevo directorio de YPF**. 05 maio 2012. Buenos Aires: 2012.

FERRARI, Andrés; CUNHA, André. As origens da crise argentina: uma sugestão de interpretação. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 17, n. 2 (33), p. 47-80, ago. 2008.

FERRER, Aldo. **A Economia Argentina**: de suas origens ao século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FRANCO Macri dijo que hay que encolumnarse detrás de Kirchner. **La Prensa**, 30 maio 2006. Buenos Aires: 2006.

FROHMANN, Alicia. Democracia, deuda externa y disciplinamiento económico: las relaciones entre Argentina y Estados Unidos (1983-1985). **Documento de Trabajo n. 298** – Programa FLACSO Santiago de Chile. Santiago, 1986.

GALLO, Daniel. Está en estudio el envío de tropas a Irak. **La Nación**. Buenos Aires: 2003.

GERCHUNOFF, Pablo; LLACH, Juan J. Capitalismo Industrial, Desarrollo Asociado y Distribución del ingreso entre los dos gobiernos Peronistas: 1950-1972. **Desarrollo Económico** v. 15, n. 57. Buenos Aires, 1975.

GERLINI, Susana. El comercio exterior argentino: Un análisis de su estructura y de la política de promoción de exportaciones. **Cuadernos de Economía**, v. 17, p. 171-202. Barcelona, 1989.

GLOBAL COMMITTEE OF ARGENTINA BONDHOLDERS. **Comunicado stampa**: GCAB, no all'offerta; Baires può arrivare a 55%. Milano: 2005.

GLOBAL COMMITTEE OF ARGENTINA BONDHOLDERS. **Press Release – 12/01/2004**. Roma: 2004.

GOTTLIEB, Manuel. Political Economy of the Public Debt. **Public Finance**, v. 11, n.3, p. 265–79, 1956.

GOUGH, Ian. State expenditure in advanced capitalism. **New Left Review**, s/v n. 92. 1975.

GRANOVSKY, Martín. **Misión cumplida**: la presión norteamericana sobre la Argentina, de Braden a Todman. Buenos Aires: Planeta, 1992.

GRUGEL, Jean; RIGGIROZZI, Pia. The Return of the State in Argentina. **International Affairs**, n. 83, v. 1. 2007.

HELLEINER, Eric. The Strange Story of Bush and the Argentine Debt Crisis, **Third World Quarterly**, v.26, n. 6, 2006.

HOLLOWAY, John. Global Capital and the National State. In. BONEFELD, Werner; HOLLOWAY, John (Org.) **Global Capital, National State and the Politics of Money**. New York: St. Martin's Press, 1995.

HORNBECK, J. Argentina's Sovereign Debt Restructuring. **CRS Report RL32637**. Washington: Congressional Research Service; The Library of Congress, 2004.

HUME, David. **Ensaio Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Annual Report – 1984**. Washington: IMF Archives, 1984.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Argentina Announces its Intention to Complete Early Repayment of its Entire Outstanding Obligations to the IMF. **Press Release 05/278**. Washington: IMF Archives, 2005.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Argentina: 2005 Article IV Consultation—Staff Report. **IMF Country Report No. 05/236**. IMF Archives: Washington, 2005.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Argentina: Second Review Under the Stand-By Arrangement and Requests for Modification and Waiver of Performance Criteria. **IMF Country Report No. 04/195**. Washington, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Argentina—Request for Stand-By Arrangement. **EBS/84/203**. IMF Archives: Washington, 1984.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **EBS/03/130** – Stand-By Arrangement for Argentina. Washington: IMF Archives, 2003.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **IMF Country Report No. 03/392**. Washington: IMF Archives, 2003.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. IMF Executive Board Extends Argentina's Repayment Expectations. **Press Release No. 04/19**. Washington: IMF Archives, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. IMF Managing Director to Recommend to Executive Board the Letter of Intent of the Authorities for the First Review of the Stand-By Arrangement with Argentina. **Press Release**. IMF Archives: Washington, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Letter of Intent and Memorandum of Understanding, Argentina**—Stand-By Arrangement EBS/83/8. International Monetary Fund. IMF Archives: Washington, 1983.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Press release n. 04/16**. IMF Archives: Washington, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Press Release No. 04/130**. IMF Archives: Washington, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Press Release No. 04/57**. IMF Archives: Washington, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Report on Delayed Completion of Article IV Consultations and Extension of Approval of Exchange Measures. **EBD/04/114**. Washington: IMF Archives, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. The IMF and Argentina, 1991–2001. **Evaluation report**. Washington: International Monetary Fund; Independent Evaluation Office, 2004.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Transcript of a Press Briefing by Thomas C. Dawson**. IMF Archives: Washington, 2003.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook, October 2008: Financial Stress, Downturns, and Recoveries**. Washington, 2008.

JETER, Jon. Argentina Defaults on IMF payment. **The Washington Post**. Washington, 2003.

KANENGUISER, Martín. La asamblea del FMI: negociaciones por la deuda en default. Inminente acuerdo con las AFJP: aceptarían el canje. **La Nación, 04 out 2004. Buenos Aires: 2004.**

KIGEL, Miguel. The Argentine Currency Board. **CEMA Working Papers, n. 152**. Buenos Aires: 1999.

KINDLEBERG, Charles. **Power and money: The Economics of International Politics and the Politics of International Economics**. London: Palgrave Macmillan, 1970.

KING, Jeff. **The Doctrine of Odious Debt in International Law: a Restatement**. London: Cambridge University Press, 2016.

KIRCHNER, Néstor. Palabras del Presidente de la Nación, Néstor Kirchner, en el acto de anuncio del plan de desendeudamiento con el Fondo Monetario Internacional. Buenos Aires: 2005.

KIRCHNER, Néstor. **Palabras del presidente Néstor Kirchner en el acto de incorporación de la asociación de trabajadores del estado al convenio colectivo de trabajo**. Buenos Aires: 2004.

KIRCHNER, Néstor. Palabras del presidente Néstor Kirchner en la ciudad de San Nicolás, provincia de Buenos Aires. San Nicolás: 2004.

KRAKOWIAK, Fernando. El día que De la Rúa anunció el blindaje. **Página12**, 09/07/2019. Buenos Aires. Disponible en: < El día que De la Rúa anunció el Blindaje | “Qué lin... | Página12 (pagina12.com.ar)> Acceso en: 01 jan. 2021.

KRUEGER, Anne. **A New Approach to Sovereign Debt Restructuring**. Washington, 2001.

KRUGMAN, Paul; OBSTEFELD, Maurice. **International Economy: theory and practice**. Boston: Pearson, 2009.

KULFAS, Matías. **Internacionalización financiera y fuga de capitales en América Latina: Argentina, Brasil, Chile y México en los años '90**. Buenos Aires: FLACSO – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2007.

KULFAS, Matías. **Los tres kirchnerismos: una historia de la economía argentina (2003 – 2015)**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.

KULFAS, Matías; SCHORR, Martín. **La deuda externa argentina: diagnóstico y lineamientos propositivos para su reestructuración**. Buenos Aires: Fundación OSDE; CIEPP, 2003.

LA NACIÓN. Bancos respaldan oferta argentina de reestructuración de deuda. 22 set 2003. Buenos Aires, 2003.

LA NACIÓN. Köhler dijo que firmó el convenio bajo presión. La Nación, 13/09/2003. Buenos Aires: 2003.

LA NACIÓN. La salida del default. Las AFJP aceptaron la propuesta de canje. La Nación, 14 jan 2005. Buenos Aires, 2005.

LARRAQUI, Marcelo. La Nochebuena del General Videla. **Infobae**. Buenos Aires, 2017. Disponible em: < <https://www.infobae.com/historia/2017/12/25/la-nochebuena-del-general-videla/> > Acceso em: 30 jun. 2020.

LENZ, Maria Heloísa Lenz. Crise e negociações externas na Argentina no final do século XIX: o início da insustentabilidade do modelo aberto. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 2 (27). Campinas: 2006.

LERRICK, Adam. Statement before the United States Senate's Subcommittee on International Trade and Finance. **S. HRG. 108–879**. Washington: U.S Government Print Office, 2004, p. 26.

LIENAU, Odette. **Rethinking sovereign debt: politics, reputation, and legitimacy in modern finance**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. **European Journal of Sociology**, v. 25, n.2, 1984.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power: A History of Power from the Beginning to AD 1760**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MANZANELLI, Pablo; BARRERA, Mariano; WAINER, Andrés; BONA, Leandro. Deuda externa, fuga de capitales y restricción interna desde la última dictadura militar hasta la actualidad. **Documento de Trabajo n. 68**. Centro de Economía y Finanzas para el desarrollo de la Argentina. Buenos Aires, 2015.

MARTÍNEZ DE HOZ, José Alfredo. **Bases para una Argentina moderna**. Buenos Aires, 1981.

MARX, Karl. **O Capital** – volume 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 124 - 125.

MELO, Marcus André. Institutional weakness and the puzzle of Argentina's Low Taxation. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 4. 2017, p. 115–148.

METRI, Maurício. Acumulação de poder, sistemas e territórios monetários: uma análise teórica sobre a natureza da moeda e sua relação com a autoridade central. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 397-422, 2012.

MÍGUEZ, María Cecilia. **Los Partidos Políticos y la Política Exterior Argentina**. Buenos Aires: Ariel, 2013.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1972.

MSGOF00476A, de 08/06/1984. Urgente, G/SG/DPF/DEM/DAM. Confidencial. Disponível no Arquivo Saraiva Guerreiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Grifos nossos.

MURRAY, Robin. Internationalization of capital and the nation state. **New Left Review**, s/v n. 67. 1971.

NAVARRETE, Jorge. Política exterior y negociación financiera internacional: la deuda externa y el Consenso de Cartagena. **Revista de la Cepal**, n.25. Santiago, 1985.

NEMIÑA, Pablo. Estrategias de negociación del FMI y la Argentina durante el período 2003-2004. **Temas y debates**, v. 15, n. 22. Buenos Aires: 2001, p. 101.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.

O'BRIEN, Phil. The Latin American Debt Crisis. In. RILEY, Stephen (Org.). **The Politics of Global Debt**. New York: St. Martin's Press, 1993.

O'CONNELL, Arturo. La coordinación de los deudores Latinoamericanos: El Consenso de Cartagena y El Grupo de los Ocho. Santiago: **Estudios Internacionales**, v. 21, n. 83, 1988.

O'CONNOR, James. **The fiscal crisis of the State**. London: Transaction Publishers, 1973.

O'DONNELL, Guillermo. Estado y alianzas en la Argentina, 1956-1976. **Desarrollo Económico**, v. 16, n. 64. Buenos Aires, 1977.

O'DONNELL, Guillermo. External debt: Why don't our governments do the obvious? **Revista CEPAL**, n. 27. Santiago, 1985.

OCAMPO, José Antonio. La crisis latinoamericana de la deuda a la luz de la historia. In. OCAMPO, José Antonio; STALLINGS, Barbara; BUSTILLO, Inés; VELLOSO, Helvia; FRENKEL, Roberto. **La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica**. Santiago: CEPAL, 2014.

OCDE. **Revenue Statistics in Latin America and the Caribbean 2021**. Paris: OCDE Publishg, 2021.

OLMOS, Alejandro. **Todo que lo que usted quiso saber sobre la deuda externa y siempre se lo ocultaron**: quienes y cómo la contrajeron. Buenos Aires: Peña Lillo; Ediciones Continente, 2006.

OSZLAK, Oscar. **La Formación del Estado argentino**. Buenos Aires: Belgrano, 1982.

PARADISO, José. **Um lugar no mundo**: a Argentina e a busca de identidade internacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PEREIRA, Matheus. Controle civil e os limites da política de defesa da Argentina (1983-2001). **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51. Porto Alegre, 2019.

PORTA, Fernando; SANTARCANGELO, Juan; SCHTEINGART, Daniel. Excedente y desarrollo industrial en Argentina: situación y desafíos. CEFIDAR: **Documento de Trabajo núm. 59**. Buenos Aires: 2014.

PORTIANERO, Juan. Dominant Classes and Political Crisis in Argentina Today. **Latin American Perspectives**, v. 1, n. 3, 1974.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREBISCH, Raúl. **Estudio económico de la América Latina**. Santiago: CEPAL, 1949.

PRZEWORSKI, Adam; WALLERSTEIN, Michael. Structural Dependence of the State on Capital. **American Political Science Review**, n. 82, v. 1, 1988.

PUIG, Juan Carlos. **América Latina**: políticas exteriores comparadas. Buenos Aires: Grupo editor latinoamericano, 1984.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1980.

QUARLES, Randal. Statement before the United States Senate's Subcommittee on International Trade and Finance. **S. HRG. 108-879**. Washington: U.S Government Print Office, 2004, p. 9.

RAMOS, Mónica Peralta. **La economía política argentina: poder político y clases sociales (1930-2006)**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

REDRADO, Martín. **Sin reservas: un límite al poder absoluto**. Buenos Aires: Planeta, 2010.

REINHART, Carmen; ROGOFF, Kenneth; SAVASTANO, Miguel. Debt intolerance. **NBER Working Paper 9908**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2003.

RIEFFEL, Lex. **Restructuring Sovereign Debt: The Case for Ad Hoc Machinery**. Washington: Brookings Institution Press, 2003.

ROETT, Riordan. Latin America's Response to the Debt Crisis. **Third World Quarterly**, v. 7, no. 2. 1985.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RUSSELL, Roberto. Los ejes estructurantes de la política exterior argentina a partir del inicio de la transición a la democracia: apuntes para un debate. **Cadernos do IPRI**, n. 11. Brasília: 1994.

SACHS, Jeffrey; HUIZINGA, Harry. U.S Commercial banks and Developing-countries debt crisis. **Brookings Papers on Economic Activity**, n.2. Washington: 1987.

SACK, Alexander. **Les effets des transformations des états sur leurs dettes publiques et autres obligations financiers: traité juridique et financier**. Paris: Recueil Sirey, 1927.

SAES, Décio. A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. **Crítica Marxista**, n. 7, 1998.

SAÍN, Marcelo. Democracia e Forças Armadas: entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. In. D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SALAMA, Pierre. Crescimento e inflação na Argentina nos governos Kirchner. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 26, n. 75, p. 162.

SALVIA, Sebastián. The boom and crisis of the Convertibility Plan in Argentina. **Rev. Econ. Polit.**. São Paulo, v. 35, n. 2, 2015

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. Informação para o senhor Presidente da República: Brasil-Argentina. Entrevistas do embaixador em Buenos Aires com futuras autoridades. **SG mre 1979.03.20**, v. 4, n. 339. 1983.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. Informação para o senhor Presidente da República: Economia. Argentina. Dívida externa. Entrevistas com o ministro da Economia e com o subsecretário da chancelaria. **SG mre 1979.03.20**, v. 4, n. 347, s/p.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. **Informação para o senhor Presidente da República: Economia.** Argentina. Dívida externa. Entrevistas com o ministro da Economia e com o subsecretário da chancelaria. SG mre 1979.03.20, v. 4, n. 347, s/p.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. **Informação para o senhor Presidente da República: Dívida Externa.** SG mre 1979.03.27, v. 1. Brasília: 1984.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. **Informação para o senhor Presidente da República: Dívida Externa.** SG mre 1979.03.27, v. 1. Brasília: 1984.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. **Informação para o senhor Presidente da República: Dívida externa latino-americana.** Repercussões internacionais. SG mre 1979.03.27, v. 1. Brasília: 1984.

SARAIVA GUERREIRO, Ramiro. **Informação para o senhor Presidente da República: A Reunião de Cartagena e as atitudes dos países desenvolvidos com relação à questão do endividamento externo.** SG mre 1979.03.20, v. 3, n. 217. 1984.

SAYLOR, Ryan. Debtor Coalitions and Weak Tax Institutions in Latin America: Insights from Argentina and Brazil. In. ATRIA, Jorge; GROLL, Constantin; VALDÉS, Maria Fernanda (Org.). **Rethinking Taxation in Latin America: Reform and Challenges in Times of Uncertainty.** London: Palgrave Macmillan, 2018, p. 31 – 57.

SCHUMACHER, Edward. Argentina Default is Feared. **The New York Times.** 10 set. 1982, seção D, p.1. Disponível em:< <https://www.nytimes.com/1982/09/10/business/argentina-default-is-feared.html>> Acesso em: 01 jun. 2020.

SCHUMPETER, Joseph. The Crisis of the Tax State. **International Economic Papers**, n. 4, 1954.

SCHVARZER, Jorge. Dimensiones políticas de la deuda externa de la Argentina. **Desarrollo Económico**, v. 24, n. 93. Instituto de Desarrollo Económico y Social. Buenos Aires, 1984.

SCHVARZER, Jorge. La larga agonía de la convertibilidad. **Indic. Econ. FEE**, v. 30, n. 1, p. 7-30. Porto Alegre, 2002.

SCHVARZER, Jorge. Negociación de la deuda externa. Los actores, su encuadre y perspectivas. **Documento de Trabajo, n. 328.** CISEA. Buenos Aires, 1984.

SECURITY ASSISTANCE MONITOR. US Security Assistance to Argentina. **CIP:** Washington, 2020.

SHEININ, David. **Argentina and the United States: an alliance contained.** Athens: Georgia University Press, 2006.

SIMONOFF, Alejandro. Integración y autonomía en el pensamiento de Juan Carlos Puig. In. SIMONOFF, Alejandro; RUIZ, José Briceño (Org.). **Integración y cooperación regional en**

América Latina: una relectura a partir de la teoría de la autonomía. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

SIMONOFF, Alejandro. Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner. **CONfines**, v. 5, n. 10. Monterrey: 2009.

SINGH, Anoop. Transcript of a Press Conference on Latin America By Anoop Singh, Director, Western Hemisphere Department, IMF – April 23rd, 2004. Washington: IMF Archives, 2004.

SOUZA, Luís Eduardo. A Arquitetura de uma Crise: história e política econômica na Argentina (1989 – 2002). **Tese** (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2007.

STALLINGS, Barbara. International influence on economic policy: Debt, Stabilization and structural reform. In. HAGGARD, S; KAUFMAN, R. **The politics of economic adjustment: international constraints, distributive conflicts and the State**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

STILES, Kendall. Argentina's Bargaining with the IMF. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v. 29, n. 3. Miami, 1987.

TASK FORCE ARGENTINA. Il GCAB rigetta l'accordo raggiunto tra il Governo Argentino e i fondi pensione locali (AFJP). **Comunicato stampa**. Roma: 2004.

TASK FORCE ARGENTINA. **Piano di ristrutturazione della Repubblica Argentina offerta pubblica di acquisto e scambio**. Roma: 2005.

TAYLOR, John. **Sovereign Debt Restructuring: A US Perspective**. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2002.

THE OFFICE OF THE VICE PRESIDENT OF THE UNITED STATES. **Bush-Alfonsín meeting**: Telegram to The White House. 12 dez. 1983. National Archives and Records Administration: Washington, 2016.

THÉRET, Bruno. El papel moneda de baja denominación emitido por las provincias argentinas, 1890-2003. **Ciclos**, v. 37, 54. Buenos Aires, 2020.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

TILLY, Charles. Extraction and democracy. In. MARTIN, Isaac; MEHROTA, Ajay; PRASAD, Monica (Org). **The New Fiscal Sociology: Taxation in comparative and historical perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TORRES, Héctor. **Statement by the Executive Director for Argentina** – March 22nd, 2004. IMF Archives: Washington, 2004

TUSSIE, Diana. El consenso de Cartagena: notas sobre un fracaso. **Comunicação oral**. Conferencia CEPAL-CAF-GIZ-SEGIB – La crisis de la deuda 30 años después. Ciudad de México, 2013.

TUSSIE, Diana. La coordinación de los deudores latinoamericanos: ¿cuál es la lógica de su accionar? **Desarrollo Económico**, v. 28, n. 109. Buenos Aires: 1988.

UNITED STATES DEPARTMENT OF TREASURY. Statement of G7 Finance Ministers and Central Bank Governors. **Press Release**. 07 fev. 2004.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Briefing Paper: Argentina. **6896S**. Washington, 1983.

UNITED STATES EMBASSY IN ARGENTINA. U. S. Delegation to Argentine presidential inauguration: substantive issues likely to arise in press encounter. **Report**. Buenos Aires, 1983.

UNITED STATES HOUSE OF REPRESENTATIVES. United States Code. **22 USC 286cc: Sustaining economic growth**. Washington, 1983.

UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. Filed pursuant to Rule 424(b)(5) **Registration No. 333-117111 – Republic of Argentina**. Washington: 2005.

UNITED STATES SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **Form 18-K/A for Foreign Governments and Political Subdivisions Thereof**: filled by the Republic of Argentina. Washington, 2004.

VAN DER PIJL, Kees. **The Discipline of Western Supremacy**. Modes of Foreign Relations and Political Economy, Vol. III. London: Pluto Press, 2014.

VARESI, Gastón. Acumulación y hegemonía en Argentina durante el kirchnerismo. **Revista Problemas del Desarrollo**, v. 187, n. 47. 2016.

VIVER sem organismos financeiros é disparate, diz Duhalde. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 2002.

VIZINHO em crise: Argentina não deve pagar US\$ 726 mi ao Bird. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2002.

WAINER, Andrés; SCHORR, Martín. Concentración y extranjerización del capital en la Argentina reciente: ¿Mayor autonomía nacional o incremento de la dependencia? **Latin American Research Review**, v. 49, n. 3, 2014.

WARREN, Bill. The internationalization of capital and the nation state: a comment. **New Left Review**, s/v n. 68. 1971.

WATERS, Mary. From partnership to collapse Argentina and the International Monetary Fund through economic crisis and recovery. **Dissertação** (Master of Arts). Gainesville: University of Florida, 2007.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1993.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitemp, 2013.

WORLD BANK. **Argentina**: from insolvency to growth. Washington, 1993.

WORLD BANK. **Report No. 34015-AR**. International bank for reconstruction and development and international finance corporation. Country assistance strategy for the Argentine Republic for the period 2006 – 2008. Washington, 2003.

WORLD BANK. **Report No. 39228-AR**. Argentina – Country Financial Accountability Assessment. Washington: 2008.

WORLD BANK. **Report No. 4979-AR** - Economic Memorandum on Argentina. Washington: 1984.

WORLD BANK. **World Bank Economic Database**. Washington: 2020.

WYLDE, Christopher. State, Society and Markets in Argentina: The Political Economy of Neodesarrollismo under Néstor Kirchner, 2003–2007. **Bulletin of Latin American Research**, v. 30, n. 4. 2011.

YBARRA, Gustavo. Aceleran cambios en la ley de patentes. **La Nación**. Buenos Aires: 2003.